

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ-UNIFEI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

LETÍCIA DE ALCÂNTARA MOREIRA

**A economia solidária como instrumento de gestão
participativa em Unidades de Conservação da Natureza de
Proteção Integral**

Fevereiro de 2024

Itajubá- MG

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ITAJUBÁ-UNIFEI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEIO AMBIENTE E
RECURSOS HÍDRICOS

LETÍCIA DE ALCÂNTARA MOREIRA

**A economia solidária como instrumento de gestão
participativa em Unidades de Conservação da Natureza de
Proteção Integral**

Trabalho submetido ao Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Itajubá- Campus Itajubá, sendo este um dos pré-requisitos para obtenção do título de Doutora em Meio Ambiente e Recursos Hídricos.

Área de Concentração: Diagnóstico, monitoramento e gestão ambiental.

Orientadora: Professora Dra. Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa - UNIFEI.

Coorientadora: Luciana Botezelli.

Fevereiro de 2024

Itajubá- MG

*“Creio num novo mundo possível; creio na união dos povos aqui representados; creio na reciclagem, na dignidade, na força que cada um tem; creio numa nova vida, no mundo de amor universal, de fartura, confiança, credibilidade; creio no amor incondicional e na amizade; creio no carinho, na esperança, na utopia, no aprendizado, fraternidade, e em todas essas crenças; além da humildade e na expansão da consciência humana. Acredito no respeito, fortalecimento e confiança; no sorriso de alegria; no poeta militante, na rapaziada; na energia que circula entre nós. Creio na vida digna; creio que eu sou você, e você sou eu, que podemos voar. Creio nos sonhos e na paixão, e que estamos construindo um mundo diferente. Creio numa vida com dignidade e nas pessoas em círculo. Creio na inovação, na luta, no nosso sucesso. Creio nas pessoas e na força do povo; na força da natureza, na abundância, e em todos nós. Creio no valor da informação. **Creio na Economia Solidária - ela é possível, tem que ser possível...**”.*

Oração construída por todos os participantes do Primeiro Encontro Nacional de Clubes de Troca, realizado em Mendes, Rio de Janeiro, em setembro de 2004.

Aos meus antecedentes que tiveram o direito à educação veemente negado, dedico esse trabalho a vocês, viva a democratização da educação, ela muda tudo!

Ao meu irmão, Leonardo de Alcântara Moreira, por ter me mostrado que a educação é a coisa mais valiosa, e por todo o resto.

Agradecimentos

Agradeço ao nosso Ser Superior, por estar aqui, por ter pessoas incríveis ao meu lado e por fazer de mim um instrumento de aprendizado constante.

Agradeço aos meus pais, Ana Maria de Alcântara e João Batista Moreira, por tudo que fizeram por mim e pelo orgulho que sentem por esse momento da minha vida!

Aos meus irmãos, Laísa e Leonardo, meus dois portos seguros, que se fazem presente em cada momento da minha vida e com quem sempre posso contar, vocês são meu início, meio e fim, de tudo e para sempre.

À minha cunhada, Denyse Alvarenga, que é uma das mulheres mais originais que eu conheço, o que a torna inteiramente especial, obrigada por todo cuidado com a gente durante esses anos. Também ao meu cunhado, Denis Ferreira, por cuidar bem da minha irmã e dos meus sobrinhos.

Ao meu avô, João Rodrigues Moreira (*in memoriam*), que tinha “um luxo comigo” e que sempre esteve pronto e disposto a me tornar uma pessoa mais feliz. Vô, sinto sua falta e sinto muito por não estar aqui me vendo me tornar “Doutora de planta”, coisa que nas suas palavras “você nunca viu na vida”!

À minha avó, Tereza Rosa Moreira, fonte inesgotável de força e de luta, obrigada por cada afeto que me dá, e por tudo que fez e faz por nossa família. Em todos os livros que eu li e em tudo que eu vivi, nunca conheci uma mulher tão forte como você.

Aos meninos mais especiais desse universo, meus sobrinhos: Pedro, João Paulo, Gabriel e Bernardo. Não há nenhum momento em que pensar em vocês não me traga coisas boas e que não me estimule a ser alguém melhor, vocês são luzes, por onde passam!

À toda minha família materna e paterna, meu muito obrigada, tenho em mim partes de todos vocês. Em especial, à minha prima Aline Moreira e ao meu primo Fernando Moreira.

À mulher mais incrível do mundo, Daniela Rocha Teixeira Riondet-Costa, que eu tenho o privilégio de chamar de orientadora. Obrigada por tudo, Dani! Eu me inspiro em você, e se um dia for um pedacinho do que você é, missão cumprida!

À minha co-orientadora (pela segunda vez) Luciana Botezelli, pelas contribuições contínuas e certeiras, você também me inspira!

À João Victor Guidi Soares Pistelli e Sheila Guidi Soares Pistelli, por serem família e por todo o resto! Agradeço essa minha sorte de ter vocês ocupando essa posição em minha vida.

À Caroline Silva Dantas por ser a melhor companhia para tudo e por trazer para mim, a luz de uma amizade verdadeira, cotidianamente. Carol, você é um presente e uma mulher inspiradora, que privilégio ter você comigo!

Às mulheres fantásticas que estiveram comigo na criação de um projeto de Economia Solidária, Cristiane Cordeiro Camargo (*in memorian*), Paula Inácio Coelho e novamente, Caroline Silva Dantas, meu muito obrigada e minha eterna admiração, respeito e carinho pelo que construímos juntas.

Às mulheres da Associação Moça (Mulheres Organizadas Crochetando Autonomia), foi junto com vocês que enxerguei as possibilidades da Economia Solidária, e por isso este trabalho foi realizado.

Àquelas com quem dividi uma casa e muitas histórias no início dessa jornada, Marina Patiri, Iara Batista e Tayrine Brito, o meu muito obrigada!

Às mulheres incríveis que trabalham comigo e que compartilham diariamente a luta por um mundo melhor: Juliana Furlanetto Pereira, Juliana Ceribeli da Silva, Silvia Maria Brandão e Stela Soares Zamboim.

Ao Emerson Fernandes Pereira, a companhia mais divertida que alguém pode ter e também, um companheiro de trabalho incrível.

A todos e todas da Prefeitura Municipal de Inconfidentes, com quem compartilho uma rotina, muitas vezes exaustiva, mas sempre encantadora.

Agradeço ao José Ricardo de Sousa, por ser fonte diária de inspiração, e me ensinar tanto. Agradeço também, à Prefeita Rosângela Dantas pela oportunidade de poder fazer o que gosto e poder aplicar o que aprendi ao longo desses anos, e por todo o resto.

À psicóloga Ana Karollyne Rocha Chaves, pelo imprescindível apoio, incentivo e palavras na fase de finalização deste trabalho, e também por me ajudar a superar meus desafios diários.

Às minhas amigas de faculdade, que se fazem presente, mesmo com a distância em nosso desfavor, Valéria Pimentel Barbosa e Isabela Marinello Gomes, obrigada por tudo!

À Talita Nazareth de Roma, por ser uma boa amiga, e por sempre inspirar força!

Às minhas amigas de longa data, que também, mesmo com a distância se fazem presente, Livia Faria, Laís Faria e Monique Franco, acompanhar como vocês se tornaram mulheres incríveis é um presente diário!

Aos amigos próximos que tornam minha existência melhor, obrigada: Gustavo Silva, Isabela de Roma, Lucas Dantas, Matteus Souza, Luiz Negri, Matheus Lima, Cristiano Domiciano, Guilherme Bueno, Raul Bueno, Livia Garcia, Pedro Emílio Paradelo, Gabriel Guidi, Ellen Bonatti, Eduardo Sarapu, José Acácio Bueno, Ygor Vilas Boas Ortigara, e tantos outros.

Às queridas amigas que Itajubá me trouxe, Ana Luiza Marcondes e Natália Fernandes, saudades de vocês!

Ao Luiz Flávio Reis Fernandes, meu orientador da graduação e que agora participa dessa banca, meu muito obrigada por todo incentivo ao longo de todos esses anos e com certeza, você tem uma parcela de “culpa” nessa etapa.

À Nívea Adriana Dias Pons e Wanderley Jorge da Silveira Junior, por aceitarem o convite de participar dessa banca, é um privilégio ter vocês com a gente nesse momento.

Ao IFSULDEMINAS- Campus Inconfidentes, instituição que digo e repito que sou “filha” com muito orgulho, e que mudou a vida não só minha, mas de toda minha família.

A todos os professores e professoras que fizeram parte da minha trajetória, em especial, a Wendel Ribeiro Costa (*in memoriam*). Wendel, em seu nome, agradeço a cada um dos professores e professoras que passaram por minha vida e mudaram a minha história.

Aos colegas do Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Recursos Hídricos (POSMARH), por compartilharmos os desesperos de viver o início de um doutorado junto com uma pandemia, em especial, ao Alex Takeo, que foi presença e parceria em diversos momentos.

Aos colegas de profissão que compartilham comigo as doçuras e amarguras de trabalhar por algo coletivo.

Aos jovens do Parlamento Jovem de Inconfidentes de 2023, por terem sido refúgio e esperança em um ano desafiador, “eu vou à luta com essa juventude”!

Aos professores do POSMARH pelos ensinamentos e esforços redobrados com a pandemia.

A cada um/ uma que respondeu os questionários desta pesquisa, sem vocês ela não existiria.

A cada comunidade tradicional que entre conflitos, luta pela preservação da natureza e por causas coletivas.

Ao Bruno da Cunha Araújo Pereira, uma das tantas lideranças que perdeu sua vida na luta pela justiça social e ambiental, Wahanararai!

À Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG).

À Universidade Federal de Itajubá, meu muito obrigada!

RESUMO

As Unidades de Conservação da Natureza (UCs) constituem um importante instrumento de conservação dos recursos naturais, com importância crescente, tendo em vista os atuais impactos do ambiente hostil provocado pelos padrões de consumo e de produção da sociedade capitalista. No entanto, no Brasil e em outros países, a criação dessas aconteceu em regiões já ocupadas, muitas vezes, por comunidades tradicionais. Tal modelo de criação e demais fatores relacionados a ele provocam um contexto de conflitos nas UCs brasileiras, sobretudo, no que diz respeito às condições de sobrevivência e subsistência das comunidades no interior e entorno dessas áreas. O objetivo geral foi analisar como a Economia Solidária pode vir a ser uma ferramenta de gestão participativa, amenização de conflitos socioambientais e fortalecimento dos objetivos de criação da área em Unidades de Conservação de Proteção Integral. Foi utilizado a combinação de metodologias diversas, tanto qualitativas, quanto quantitativas, sendo que o trabalho foi dividido em três capítulos, o primeiro versando sobre os conflitos em áreas protegidas na América do Sul, o segundo investigando os projetos de Economia Solidária desenvolvidos em UCs de Uso Sustentável, e o terceiro propondo a Economia Solidária como instrumento de Gestão Participativa em UCs de Proteção Integral. Como resultados, encontrou-se a possibilidade de aplicação da economia solidária nessas áreas, para gestão dos conflitos e para atender as demandas do aumento do turismo. Conclui-se que a economia solidária pode vir a ser uma ferramenta de gestão participativa, mas para que seja efetiva, é necessário uma série de esforços e investimentos por parte do poder público.

Palavras-chave: Áreas Protegidas. Conservação. América do Sul. Economia Social.

ABSTRACT

Nature Conservation Units (UCs) are an important instrument for conserving natural resources, and are becoming increasingly important in view of the current impacts of the hostile environment caused by the consumption and production patterns of capitalist society. However, in Brazil and in other countries, they have been created in regions that are already occupied, often by traditional communities. This model of creation and other factors related to it have led to a context of conflict in Brazil's Conservation Units, especially with regard to the survival and subsistence conditions of the communities in and around these areas. The general objective was to analyze how the Solidarity Economy can become a tool for participatory management, alleviating socio-environmental conflicts and strengthening the objectives of the creation of the area in Integral Protection Conservation Units. A combination of different methodologies was used, both qualitative and quantitative, and the work was divided into three chapters, the first dealing with conflicts in protected areas in South America, the second investigating Solidarity Economy projects developed in Sustainable Use Protected Areas, and the third proposing Solidarity Economy as a tool for Participatory Management in Integral Protection Protected Areas. The results showed the possibility of applying the solidarity economy in these areas, above all to managing conflicts and meet the demands of increased tourism. The conclusion is that the solidarity economy can become a participatory management tool, but for it to be effective, a series of efforts and investments are needed on the part of the public authorities.

Keywords: Protected Areas. Conservation. South America. Social Economy.

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA	11
II. OBJETIVOS GERAIS	16
a) Objetivo Geral	16
b) Objetivos Específicos	16
III. PERSPECTIVA GERAL DA METODOLOGIA UTILIZADA	17
1. CAPÍTULO 1:	
(CO) LIVING IN PROTECTED AREAS IN SOUTH AMERICA: a systematic review	18
2. CAPÍTULO 2:	
A Economia Solidária nas Unidades de Conservação da Natureza de Uso Sustentável: potencialidades e limitações	43
3. CAPÍTULO 3:	
A Economia Solidária em Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral: uma possibilidade?	68
IV. CONCLUSÕES GERAIS	87
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	88
4. APÊNDICES	91

I. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Sabe-se que os atuais padrões de consumo e produção impostos pelo modo de produção capitalista têm gerado inúmeros problemas, tanto no que se refere ao espectro ambiental, quanto ao social e ao econômico. No que diz respeito ao espectro ambiental, têm-se a escassez de recursos naturais em níveis preocupantes, principalmente no que se refere à qualidade e quantidade dos mesmos. E no espectro social e econômico, tem-se o crescimento das desigualdades.

Dessa forma, o impacto das mudanças climáticas não se limita às fronteiras geográficas; ele permeia os tecidos sociais, econômicos e ambientais. Eventos climáticos extremos, aumento do nível do mar e alterações nos padrões de precipitação são apenas alguns dos fenômenos que impõem desafios significativos à resiliência das comunidades e à preservação dos ecossistemas. Nesse sentido, é imperativo explorar abordagens inovadoras que possam lidar de maneira integrada com os aspectos ambientais e sociais dessas transformações.

Hoje, no cenário global do século XXI, as mudanças climáticas emergem como um desafio incontornável que transcende fronteiras e exige uma abordagem abrangente e inovadora. A alteração dos padrões climáticos não apenas impacta diretamente os ecossistemas, mas também desencadeia uma série de efeitos socioambientais de larga escala, conforme mencionado. É nesse contexto desafiador que se revela a necessidade premente de estratégias eficazes de mitigação e adaptação (Abud, Souza e Gorisch, 2023).

As Unidades de Conservação (UCs) surgem como uma resposta estratégica para a preservação da biodiversidade e a manutenção dos serviços ecossistêmicos, e portanto, constituem uma estratégia de mitigação e adaptação ao cenário descrito anteriormente. Tais áreas são criadas por ato do poder público que possuem limites de uso e ocupação definidos por lei, se constituem uma importante estratégia de preservação dos recursos naturais para as atuais e futuras gerações. No ano de 2000 foi promulgada a Lei Federal nº 9.985 que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Este sistema representa o conjunto de UCs sob gestão das três esferas de governo: municipal, estadual e federal, além disso, possuem duas categorias de manejo Proteção Integral e

Uso Sustentável, uma categoria mais restritiva e a outra menos, respectivamente (Brasil, 2000).

Via de regra, a criação de UCs no Brasil seguiu o modelo internacional de áreas protegidas (na categoria de Proteção Integral), como ocorreu também com outros países, tal modelo é constituído pelo princípio da natureza intocada, o que não condiz com a realidade do país e nem tampouco atende às suas demandas. Haja vista que as UCs brasileiras foram instituídas em áreas ocupadas ou com ocupação em suas proximidades. No entanto, é válido mencionar, que o Brasil também buscou alternativas para atender às suas peculiaridades, haja vista que existem 7 tipos incluídos na categoria de Uso Sustentável (Sarmiento; Reading, 2016; IUCN, 2023; Brasil, 2000).

Conforme determina a legislação, a maioria das UCs de proteção integral deveriam ser desocupadas na forma de aquisição pelo órgão responsável (Brasil, 2000), entretanto, existe um grande problema fundiário no país e o órgão encontra grandes dificuldades nesse processo. Além da falta de recursos, de interesse na preservação e outros entraves para a aquisição das áreas, existe também o vínculo dos moradores com o local, o que faz com que estes não enxerguem os pontos positivos da UC e a veja como um inimigo iminente. De acordo com Rocha, Drummond e Ganem (2010) o poder público precisa tratar o assunto com seriedade e, como uma das prioridades, os autores recomendam que seja feito um “Programa de Regularização Fundiária de UCs” com metodologias, metas e prazos bem definidos. Andrade *et al.* (2023) em uma pesquisa realizada no primeiro Parque Nacional instituído no Brasil (Itatiaia) entendem que uma abordagem judicial aliada à educação ambiental pode vir a ser a solução para os conflitos fundiários do local.

Além do problema fundiário, a criação de UCs pode acarretar outros conflitos, pois as pessoas que moram no entorno ou interior de tais áreas utilizam dos recursos naturais da região para subsistência e sustento (obtenção de renda). A instituição de uma UC, geralmente, representa a restrição de uma série de atividades produtivas que poderiam ser desenvolvidas na área. Quando se trata de uma UC de proteção integral, todas as atividades produtivas no interior são extintas e as atividades do entorno, em sua zona de amortecimento¹, são limitadas, representando um cenário de mudança

¹ De acordo com o SNUC, zona de amortecimento é o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade

socioeconômica à população que depende dos recursos, podendo ser, de escassez ou de oportunidades (considerando as UCs que podem explorar o potencial turístico).

Assim sendo, mesmo que ocorra a regularização fundiária, os moradores e moradoras dessas regiões podem ser inseridos em um cenário de falta de alternativas de sustento e subsistência, visto possuírem relação com a terra em que residem. Isto pode dificultar a regularização da situação, fazendo com que a UC seja vista por estes e estas como um entrave ao desenvolvimento local. Além do contexto marcado por profunda vulnerabilidade ambiental das próprias UCs (Santos, 2015; Scaramussa, 2023). Todo esse contexto de disputa e tensão faz com que as UCs não atinjam seus objetivos de conservação/ preservação e alimenta o distanciamento da relação pessoa x natureza, além de que, pode contribuir para cenários de desigualdades. Ao mesmo tempo em que, a UC traz oportunidades, em um estudo conduzido por Balmford *et al.* (2015), os autores apontam que as receitas geradas pelas visitas às áreas protegidas sobressaem os investimentos nas mesmas, sem considerar os benefícios indiretos, como a prestação de serviços ambientais ou ecossistêmicos.

Dessa forma, a gestão eficaz dessas áreas protegidas enfrenta obstáculos substanciais, muitos dos quais decorrem de conflitos socioambientais originados pela interação complexa entre interesses econômicos, sociais e ambientais. Como resposta a essa dinâmica desafiadora, emerge a necessidade de abordagens que transcendam as fronteiras tradicionais, integrando aspectos sociais, ambientais e econômicos de maneira holística.

Nesta tese, a Economia Solidária, com sua ênfase na cooperação, equidade e sustentabilidade, assume um papel crucial de integração dos aspectos ambientais, sociais e econômicos. A Economia Solidária não apenas propõe alternativas econômicas baseadas na colaboração e na justiça social, mas também incorpora uma vertente ecológica que considera os limites do planeta. A economia solidária é uma nova forma de se fazer economia, diferente dos padrões de produção impostos pelo sistema dominante e, é pautada em valores concretos como a solidariedade, cooperação e a proteção ao meio ambiente (Singer, 2001).

Devido à natureza dessa nova forma de se fazer economia, em UCs de Proteção Integral pode ser usada como uma ferramenta que contribui para que a área atinja seus

objetivos. Logo, nessa dinâmica hipotética, é evidenciada a importância da sociedade local para que isso seja possível, não baseando-se na exclusão, como ocorre na maioria das vezes. Ao focar práticas econômicas sustentáveis, a Economia Solidária apresenta-se como uma potencial solução para conciliar as demandas econômicas das comunidades locais com a conservação ambiental, oferecendo um caminho inovador para a mitigação dos impactos das mudanças climáticas.

Este trabalho propõe-se a explorar a intersecção desses elementos – Conflitos Socioambientais, Unidades de Conservação, Economia Solidária e sua vertente ecológica, para compreender como a Economia Solidária pode ser efetivamente integrada como uma ferramenta de gestão nas Unidades de Conservação. Ao fazer isso, busca-se não apenas enriquecer a compreensão acadêmica desses temas, mas também fornecer percepções práticas para formuladores de políticas, gestores ambientais e comunidades locais, visando uma gestão mais eficaz e harmoniosa das Unidades de Conservação diante dos desafios impostos pelas injustiças sociais, ambientais e econômicas.

Esse tema foi pensado pelo vínculo das pesquisadoras com ambos temas aqui abordados, bem como, foi uma forma de investigar mais ferramentas que sejam contributivas para a gestão de conflitos em UCs no país.

A proposta desta tese se justifica pela sua importância no contexto de oferecer oportunidades aos moradores do entorno e interior de UCs, oferecendo alternativas de subsistência e sustento. Além disso, quando a economia solidária é posta dessa forma, se constitui uma ferramenta de amenização de conflitos. Também, se justifica o presente trabalho ante o ineditismo da proposta no que se refere à falta de estudos sobre o tema (Economia Solidária e outros termos utilizados para a prática) em Unidades de Conservação de Proteção Integral, conforme consultado nas bases acadêmicas².

Internacionalmente, os princípios da economia solidária, já foram utilizados como uma ferramenta para repensar as inter relações dentro de uma área protegida, como é o caso do estudo de Thomson *et al.* (2011), o qual traz o conceito de “solidariedade ecológica”, emergido na França e que, para os autores e autoras, pode ser utilizado como um passo imaginativo para consolidar a relação direta entre ecológico e social quando se

² Há apenas trabalhos sobre economia solidária em Unidades de Conservação de Uso Sustentável.

fala em biodiversidade, indo além dos limites "estatutários" existentes na criação de uma área protegida.

Sendo assim esta pesquisa possui como questão central a seguinte indagação: “a economia solidária pode ser uma ferramenta de gestão em UCs de Proteção Integral (PI) e auxiliar na obtenção dos objetivos de criação da área?”. Como hipótese preliminar tem-se que a junção dos temas pode atuar de forma positiva na amenização dos conflitos, na geração de renda e no cumprimento dos objetivos das UCs (PI). Assim, espera-se que com os resultados obtidos os órgãos gestores das UCs no país tenham subsídios para inserir o tema nas ferramentas de gestão dessas áreas e criem estratégias para que haja colaboração destas comunidades na proteção da área.

Como um dos principais objetivos da Pós-Graduação é a ampla difusão de conhecimento, além de que, as publicações fortalecem os programas nas Universidades, optou-se pela estruturação da tese em formato de artigos a serem publicados em periódicos. Assim, o presente trabalho apresenta-se em três capítulos, todos estruturados da maneira supracitada. No primeiro capítulo, intitulado de “o estado da arte”, buscou-se conhecer o tema estudado na América do Sul, que muito dialoga com a dinâmica dos conflitos em áreas protegidas do Brasil e o modelo de criação de áreas protegidas que foi se popularizando após a instituição da primeira Área Protegida do Mundo (Parque de Yellowstone). Já no segundo, intitulado de “aprofundando no tema”, teve-se o objetivo de conhecer as possibilidades da Economia Solidária que é desenvolvida em UCs de Uso Sustentável, buscando conhecer a fundo a ferramenta para depois propô-la como um instrumento de gestão da UCs de Proteção Integral. No terceiro e último capítulo, intitulado de “proposição e ineditismo” buscou-se trazer o objetivo geral deste trabalho e então investigar como a Economia Solidária pode vir a ser utilizada em UCs de Proteção Integral.

Por fim, tem-se o item considerações finais, que apresenta uma síntese dos capítulos anteriores, além de trazer uma perspectiva para os objetivos definidos.

II. OBJETIVOS

a. Objetivo Geral

Analisar como a Economia Solidária pode ser uma ferramenta de gestão participativa, amenização de conflitos socioambientais e fortalecimento dos objetivos de criação da área em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

b. Objetivos Específicos

- Mapear os projetos de economia solidária em Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- Identificar quais são as potencialidades e problemas dos projetos de Economia Solidária desenvolvidos nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável;
- Investigar como a Economia Solidária pode ser aplicada em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

III. PERSPECTIVA GERAL DA METODOLOGIA UTILIZADA

Ao longo deste trabalho, buscou-se a utilização combinada de metodologias de coleta, tabulação e análise de dados, visando traçar uma perspectiva próxima à realidade estudada e, também, um conjunto de dados de natureza qualitativa e quantitativa. Como todo o trabalho é estruturado em formato de artigo científico, essa multiplicidade de dados facilita a publicação.

Assim sendo, no primeiro capítulo realizou-se uma revisão bibliográfica, pautada no método intitulado de “revisão sistemática”, buscando compreender um contexto amplo por meio das publicações a respeito das Áreas Protegidas na América do Sul.

No segundo capítulo, utilizou-se de métodos diversificados de coleta de dados, além do conhecimento de quem faz parte dos empreendimentos solidários listados, por meio de um questionário estruturado (Apêndice 1). Na análise, utilizou-se da metodologia de Análise de Conteúdo, seguida pela Análise exploratória, visando tornar claro aos leitores todo o conjunto de informações obtidas ao longo da execução.

Já no capítulo 3, utilizou-se o método estatístico da Análise Discriminante, buscando adaptar um método matemático à uma coleta de dados qualitativo, criando um diálogo entre áreas de conhecimento. Como instrumento de coleta de dados, utilizou-se também um questionário semiestruturado (Apêndice 2).

Vale mencionar que todas as etapas deste trabalho foram realizadas seguindo os protocolos éticos necessários, sendo que a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética e pelo SISBIO - Autorização de Pesquisa nas Unidades de Conservação Federal (UCs).

1. Capítulo 1: ESTADO DA ARTE: conhecendo o contexto de estudo

(CO) LIVING IN PROTECTED AREAS IN SOUTH AMERICA: a systematic review

ABSTRACT

The objective of this study is to present a perspective on the types and causes of conflicts in the Protected Areas (PAs) of South American, making a correlation with the untouched nature model, which tends to predominate in PAs with greater restrictions. To this end, a systematic review. This review resulted in the analysis of 27 papers related to the theme, in addition to the analysis of 10 other papers, selected to complement the discussions. The results show that conflicts, especially socio-environmental and economic ones, are recurrent in PAs in South America. In addition, conflicts related to the management of these areas are also a challenge for the countries. The difficulty of performing a unified analysis of PAs in South America. It is concluded that the model for creating PAs in South America influences the emergence of conflicts.

Keywords: Preservation. National Parks. Conservation. Conservation Conflicts. Tropical Forests.

(CON) VIVENDO EM ÁREAS PROTEGIDAS NA AMÉRICA DO SUL: uma revisão sistemática

RESUMO

O objetivo deste estudo é apresentar uma perspectiva sobre os tipos e as causas dos conflitos nas Áreas Protegidas (APs) da América do Sul, fazendo uma correlação com o modelo da natureza intocada, que tende a predominar nas APs com maiores restrições. Para tanto, realizou-se uma revisão sistemática. Esta revisão resultou na análise de 27 trabalhos relacionados ao tema, além da análise de outros 10 trabalhos, selecionados para complementar as discussões. Como resultados, tem-se que os conflitos, sobretudo, de natureza socioambiental e econômica são recorrentes nas APs da América do Sul. Além disso, conflitos relacionados à gestão dessas áreas, também, são um desafio para os países. Fica evidente a dificuldade de realizar uma análise unificada das APs na América do Sul. Conclui-se que o modelo de criação das APs na América do Sul influencia o surgimento de conflitos.

Palavras-chave: Preservação. Parques Nacionais. Conservação. Conflitos da Conservação. Florestas Tropicais.

1. INTRODUCTION

"The interpretation of our reality through standards that are not ours only serves to make us more and more unknown, less and less free, more and more lonely" (Márquez, 1982)³

Along with changes in production and consumption patterns, there are worrying levels of scarcity of natural resources, especially regarding their quality and quantity. There are several macro-trends responsible for this process, such as population growth and the development model adopted by society (a model that leads to inequality and exclusion), especially after the Industrial Revolution (Dowbor, 2018). Thus, discussions about an "Era of environmental risk" (Steffen *et al.*, 2015; Zinn, 2016) have become more frequent and require the attention of all sectors of society, since anthropocentric risks are increasingly visible, especially for vulnerable communities. Managing the challenges of this era is difficult, mainly due to the need to reduce the use of natural resources and transform society's consumption patterns (Anderies, 2015; Zinn, 2016).

For Jones *et al.* (2018), where there is a massive and increasing loss of biodiversity, one of the most effective conservation strategies is the institution of Protected Areas (PAs). The International Union for Conservation of Nature (IUCN) defines these areas as a geographic space defined by relevant legal instruments and dedicated to the conservation of nature associated with ecosystem services and cultural values (Dudley, 2008). Therefore, the PAs are valuable instruments for the conservation, preservation of the environment and for the provision of ecosystem services. However, such areas present major governance problems, mainly caused by the model used for their creation. Among the main problems are underfunding (Githiru *et al.*, 2015; Bruner; Gullison; Balmford, 2004), mismanagement (Hockings; Stolton; Dudley, 2004; Pressey; Visconti; Ferraro, 2015; Hockings, 2003) and the increased human presence in ecosystems (Joppa; Loarie; Pimm, 2009; Hansen; Defries, 2007; Liu *et al.*, 2001). Although the percentage of protected areas has increased from 9% to 15% since 1993, one third of these areas are threatened by human activity, including, among others,

³ Excerpt from "A Solidão da América Latina", by Gabriel García Márquez, written in 1982.

agricultural expansion, urbanization, and exploitation of natural resources (Jones *et al.*, 2018; Abrahão; Asmus, 2018; Pringle, 2017).

The preservationist model, which emerged in the 19th century in the United States, spread widely to several countries, including South America, where several important biomes are found, such as the Amazon. This model, known as "untouched nature", presupposes the human species as an exploiter of nature, distancing it from all other beings, living and non-living, which makes it a vision in which it is believed that nature is seen as something not influenced by human action, and that it will only be beautiful and admirable, if it is, an untouched landscape (Diegues; Nogara; 2005). Thus, this view does not include local communities in preservation, which generates a paradigm, since PAs end up being seen as generators of conflicts and not of ecosystem services (Diegues; Nogara, 2005; Sarmiento; Reading, 2016; Lam; Paul, 2014). It is worth mentioning that socio-environmental conflicts are those that have social and environmental origins and are related to the ways of life from these origins.

Therefore, the industrial transformation brought about by globalization generated PAs as isolated islands, something that does not correspond to the reality of tropical forests, which had already been occupied for centuries by indigenous and native communities and this is the main reason why conflicts began to arise in these areas. (Diegues; Nogara, 2005; PHUC, 2009). In addition to the "untouched nature" model, Kalamandeen and Gilson (2007) point out that there are three more conservationist approaches used: (I) sensible use; (II) Conservation of wildlife and biodiversity and (III) Ecosystem management. However, the "untouched nature" (or wild) model, according to the authors, tends to predominate in the decisive process of creating such areas.

The process of creating and managing territories dedicated to natural conservation today represents a complex phenomenon, since it involves not only aspects associated with the conservation of natural resources, but also sociocultural, political, and economic aspects (Sancho; Deus, 2015). The creation model, especially in areas with greater restrictions, fails when it promotes preservation at the expense of the livelihood of local communities, causing a scenario of scarce resources and as mentioned earlier, several conflicts (PHUC, 2009; Lomba; Porto, 2020). Rejecting local communities, their knowledge and their successive generations that had a low-impact relationship and collaborated so that the environment was preserved, can even be seen as a way of

distancing itself from the protection of the environment in a PA and generating conflicts. According to Dawson *et al.* (2021) there is numerous evidences regarding the contributions of traditional communities to conservation, however, nonetheless, conservation strategies in PAs still insist on distancing these communities, often creating conflict scenarios that might otherwise not exist. The creation of more flexible management categories is already a way of mediating conflicts. Thus, the importance of more restrictive categories together with less restrictive ones is evident (Acserald, 2004), especially in South America (Pellizzaro *et al.*, 2015).

It should be noted that most of the tropical forests are located in South America. These forests play an important role in weather patterns, freshwater availability, natural disasters, biodiversity, food, and human health. In addition, the importance of these forests permeates the place where they are located, also inferring in other ecosystems, through the “dialogue” between the different ecosystems. Even with such relevance, tropical forests are under severe threat, especially those correlated to the expansion of agribusiness (Marca, 2014). Several countries in South America face conflicts in these areas, as is the case in Brazil (Conti; Antunes, 2012; Gonçalves; Tárrega, 2017), Colombia (Clerici *et al.*, 2020) and Chile (Meza, 2009). Furthermore, the study by Jones *et al.* (2018) points out that about 25% of the areas of tropical rainforests are PAs and about 25% of these are under strong anthropic pressure. Gaston *et al.* (2008) points out that there are gaps in knowledge about PAs, especially when it comes to the interactions between populations inside and outside these areas and how such relationships can be strengthened. Therefore, the objective of this study is to present a review of existing conflicts in Protected Areas in South America, making a correlation with the model of untouched nature, which tends to predominate in PAs with greater restrictions. It is worth mentioning that there was no focus on a particular type of conflict, nor on a particular management category.

2. MATERIALS AND METHODS

The systematic literature review method is a review modality with specific protocols that seek to establish a logic between a large data set (Galvão; Ricarte, 2019). Although it has a qualitative focus, the systematic review can, additionally, collect

quantitative data (Sampaio, Manzini, 2007). The systematic review with mixed data allows the assimilation of different results and, with data appropriate to the research questions (Ardoin; Bowers; Gaillard, 2020; Gough; Oliver; Thomas, 2017). To conduct the systematic review, a six-phase methodology was used, as indicated by Mays, Pope and Popay (2005), Sampaio and Manzini (2007) and Gough, Oliver, and Thomas (2017).

The first phase was established to define the questions to be answered in this study: (a) what conservation conflicts exist in PAs in South America, and what are their causes or determining factors, and (b) whether or not these conflicts are related to the creation model that emerged in the 19th century, which presupposes the creation of some management categories in which communities are completely removed from the site. At this stage, the objective was also to define the study area. A total of 12 countries in South America were considered in this study (Argentina, Bolivia, Brazil, Chile, Colombia, Ecuador, Guyana, Paraguay, Peru, Suriname, Uruguay, and Venezuela).

The second phase of the review was the choice of keywords and search platforms. After the tests, the keyword that obtained the best result was **conflicts in protected areas in South America**. Other terms were tested, also in English, such as **relations and conflicts / protected areas in South America** and **conflicts and protected areas in South America**, however, the best search results were obtained with the first cited search, which justifies its choice.

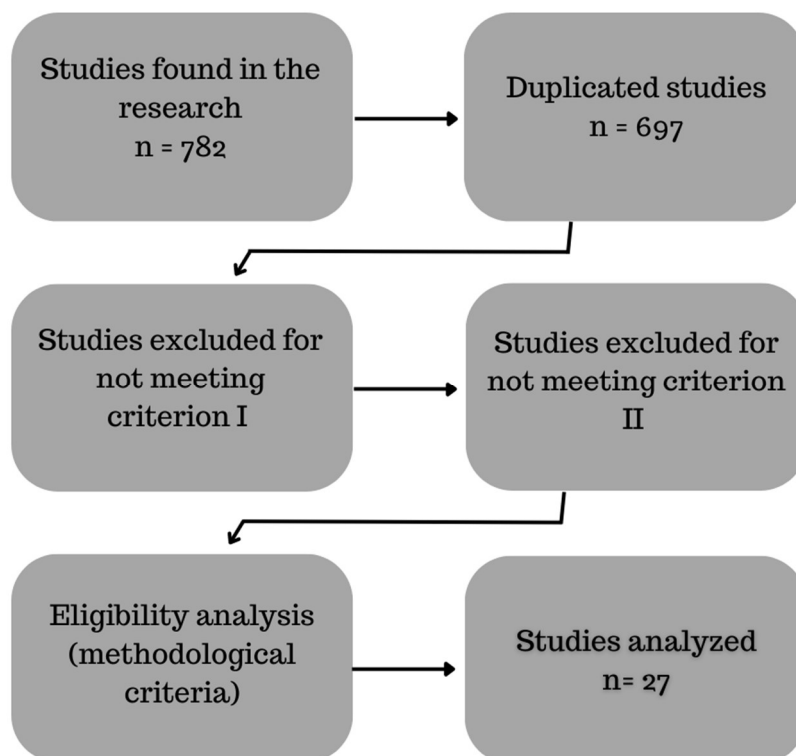
The platforms chosen for the review were "Google Scholar" and "Science Direct". On the "ScienceDirect" platform, the search filter for "Research articles" was used, and on the "Google Scholar" platform, no search filter was used, however, only the articles were separated for the later stage. These platforms were used because they showed the best search results. The choice of articles is justified, as they have undergone a more thorough review process than those of other scientific products. Among the articles found, the duplicates were excluded, and, in the third phase, the abstracts were analyzed and based on the criteria I) if the study focused on socio-environmental conflicts; and II) if the study area was in South America; the studies were or were not included in the next stage.

Thus, only papers that followed the two aforementioned criteria were considered for the fourth phase, in which the material review process was evaluated. To pass this

stage, the article had to follow appropriate methodological criteria, in this case, whether the journal in which it was published uses peer review process. Subsequently, the fifth phase was implemented, which consisted of summarizing the results in a critical way, creating an interrelation between the papers, the countries, among others. And, finally, the sixth phase, which consisted of presenting the conclusion of the analysis, informing the results found. It is worth mentioning that the most spoken languages in South America, Portuguese and Spanish, were not used for the systematic review, considering that in the tests, they were limited in relation to the objective proposed by this work. However, other works can be developed using the searches not used in these, using different methodologies.

The research found 782 materials, 85 of which were duplicates, so with the remaining 697 it went to the analysis of the criteria, in the first criterion, there was a massive exclusion where 473 were excluded, in the second criterion another 182 materials were excluded. Finally, with the remaining 42 materials, 27 studies remained, which underwent the eligibility analysis and were included in the analysis (Figure 1).

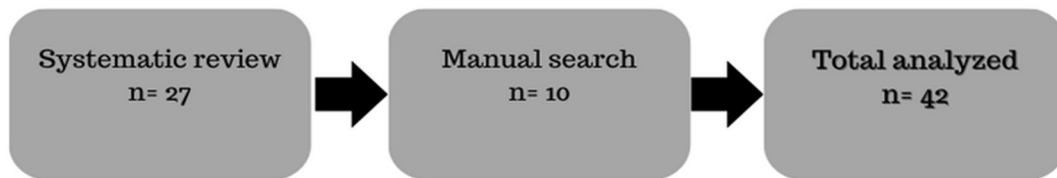
Figure 1 - Systematic review flowchart and sample results (n) after each phase.



Authors, 2023.

As a way of complementing the discussion, it was also decided to conduct a manual search of articles, in Spanish and Portuguese, using the same keyword. (**Conflictos en las Áreas Protegidas de América del Sur e Conflitos em Áreas Protegidas na América do Sul**), which resulted in the analysis of another 15 studies, included due to their proximity to the subject studied, in addition to having also followed the methodological criteria used in the previous search. Therefore, the total analysis flowchart is presented below (Figure 2), with the total sample number (n).

Figure 2 - Flowchart of the total number of studies analyzed in both searches performed.



Authors, 2023.

3. RESULTS AND DISCUSSIONS

3.1. Characterization of PAs in South America

The PAs in South America are presented below (Table 1), the number of PAs, the Protected Land Areas (in km²), the Marine and Coastal Protected Areas (in km²), the year of creation of the first PA and the quantification of the management categories according to the IUCN. The IUCN classifies PAs into seven management categories: (I) Strict Protection (Ia - Strict Nature Reserve and Ib - Wilderness Area); (II) Conservation and protection of ecosystems (National Park); (III) Conservation of natural features (Natural Monument or Feature); (IV) Conservation through active management (Habitat/species management area); (V) Landscape/landscape conservation and recreation (Protected Landscape/Seascape); (VI) Sustainable use of natural resources (Protected area with sustainable use of natural resources) (Dudley, 2008).

Table 1- Characterization of protected areas in South America.

Country	Total PAs	Protected Land Area	Marine and Coastal Protected Areas	Year of creation of the 1st PA	IUCN management categories PAs (amount per category and % of category over total)
Argentina	463	236.109km ²	127,449km ²	1934	Ia: 16, 3.46%; Ib: 7, 1.51%; II: 85, 18.36%; III: 14, 3.02%; IV:23, 4.97%; V: 18, 3.89%; VI: 181, 39.09%; Not reported or not applicable: 119, 25,7%.
Bolivia	167	336.407km ²	0km ²	1939	IV: 5, 2,99%; Not reported or not applicable: 162, 97,01%.
Brazil	3201	8.529.399km ²	985,042km ²	1937	Ia: 162, 5.06%; Ib: 1, 0.03% %; II: 480 , 15.0%; III: 138, 4.31%; IV: 1048, 32,74%; V: 373, 11,65%; VI: 244, 7,62%. Not reported or not applicable: 755, 23,59%.
Chile	211	155.155km ²	1,506,502km ²	1907	Ia: 10, 4,74 %; II: 39, 18,48%; III: 15, 7,11%; IV: 104, 49,29%; Not reported or not applicable: 43, 20,38%.
Colombia	1221	192.184km ²	125,342km ²	1960	Ia: 2, 0,16 %; II: 103, 8,44%; III: 2, 0,16 %; IV: 13, 1,6%; V: 26, 2,13%; VI: 1056, 86,49%; Not reported or not applicable: 19, 1,56%.
Ecuador	82	56.270km ²	144,123km ²	1959	II: 1, 1,22%. Not reported or not applicable: 81, 98,78%.

Guyana	5	16.942km ²	32km	1929	II: 1, 20%. VI: 3, 60%; Not reported or not applicable: 1, 20%.
Paraguay	98	57.473km ²	0km ²	1948	Ia: 2, 2,04 %; II: 15, 15,31%; III: 12, 12,24%; IV: 46, 46,94%; V: 3, 3,06%; VI: 5, 5,5%; Not reported or not applicable: 15, 15,31%.
Peru	263	279.620km ²	4,037km ²	1961	II: 15, 15,7%; III: 13, 4,94%; IV: 3, 1,14%; V: 2, 0,76%; VI: 200, 76,05%; Not reported or not applicable: 30, 11,4%.
Suriname	22	21.426km ²	1.981km ²	1966	II: 2, 9,09%; IV: 10, 45,45%; VI: 2, 9,09%. Not reported or not applicable: 8, 36,37%.
Uruguay	22	6.557km ²	979 km ²	1962	II: 4, 18,18%; III: 1, 4,55%; IV: 4, 18,18%; V: 6, 27,27%; VI: 2, 9,09%; Not reported or not applicable: 5, 22,73%.
Venezuela	251	496.701km ²	16,500km ²	1926	II: 43, 17,13%; III: 33, 13,15%; IV: 8, 3,19%; V: 54, 21,51%; VI: 49, 19,52%; Not reported or not applicable: 64, 25,5%.

Adapted from Cacciali; Cabra and Yanosky (2016); CNUC (2020); UNEP-WCMC (2020); IUCN (2020).

In the last 20 years, the number of PAs has grown exponentially in all South American countries, however, the period in which the greatest growth was seen was between 1990 and 2000 (UNEP-WCMC, 2020). It is interesting to mention that Chile was the first country in South America to institute a PA in 1907, and Brazil is the country

with the most PAs (in number and scope), while Guyana has the fewest PAs. Brazil is the country with the largest territory and Suriname with the smallest, but even so it has more PAs than Guyana. Venezuela is the country with the most PAs in land area, corresponding to 54.14% of the entire territory of the country, in contrast, it is the country that least preserves marine and coastal areas, with the equivalent of only 3.49% of all the country's coastal area, which can be explained by the fact that the country's economy is strongly associated with oil extraction.

Regarding management categories, only Argentina has categories that fit all those defined by the IUCN, in Brazil, only one of the categories does not fit the categories defined by the IUCN (Ibama, 2004). The countries with the lowest adherence are Ecuador and Bolivia. This is because each country can create its own management categories and, according to Salvio and Gomes (2018), all South American countries have their own system for creating PAs, with greater or lesser dialogue with the IUCN categories. For example, Venezuela is the country with the most PA management categories (26), however, only 7 of them fit into the IUCN categories, while Brazil is the only country that uses another name for PAs, using the nomenclature “Conservation Units (UCs)” (Salvio; Gomes, 2018).

These differences make it more demanding to understand the dynamics of UCs in South America; however, as these areas are managed by the countries where they are located, there is no loss in terms of management.

a. Profile of selected studies

Below (Table 2), the profile of the studies analyzed using the Systematic Review method is presented, as a way of contextualizing where, when, and how the studies were conducted. This profile was constructed based on the reading of each of the materials included in the analysis.

Table 2 - Profile of the studies included in the analysis using the Systematic Review method.

Method	Country	Authors
--------	---------	---------

Analysis of environmental licensing processes	Chile	Pereira, Fernández, Herrera and Olea (2020)
Analysis of management tools PAs	Suriname (2), Argentina (1), Paraguay	Diosetro and Behagel (2020); Ramirez-Gomez <i>et al.</i> (2016); Izquierdo and Grau (2009); Quintana and Morse (2005)
Image Analysis	Colombia, Brazil, Peru, Chile e Venezuela	Bonilla-Mejía and Higuera-Mendieta (2019). Cabral, Saito, Pereira and Laques (2018); Miranda <i>et al.</i> (2016); Miranda <i>et al.</i> (2015); Sletto (2008)
Assessment of the Environmental Impact of Tourism	Peru	Maldonado-Oré and Custódio (2020)
Mathematical Modeling	Brazil	Ma <i>et al.</i> (2020); Cauano <i>et al.</i> (2020)
Research with the local community	Argentina, Brazil (2), Ecuador (2), Colombia, Bolivia	Morea (2019); Anaya and Espirito-Santo (2018); Bockstael, Bahia, Seixas and Berkes (2016); Mansfeld <i>et al.</i> (2018); Fiallo and Jacobson (1995); Pourcq <i>et al.</i> (2017); Pérez and Pacheco (2006).
Documentary Research	Chile, Brazil (2), Ecuador, Bolivia (2)	Carranza <i>et al.</i> (2020); Nicolle and Leroy (2017); López-Rodríguez and Rosado (2017); Payés, Pavão and Santos (2013); Hope (2016); Reyes-García <i>et al.</i> (2016)

Authors, 2023.

As can be seen, most studies were conducted in the last 10 years, which indicates an increasing in research related to the topic, since studies published before 2009 represent less than 20% of the works found. An interesting aspect to note is that there are no studies published between 1995 and 2005 in the researched format, however, there may be older studies on the subject that are not available in the researched format. There are also challenges in creating a unique profile for PAs in South America, given that there are strong differences in the management category, and, also, in the conflicts reported in the literature (Table 2) which shows a plural dynamic for such areas in the region. Don-Carlos *et al.* (2013) states that this dynamic can cause difficulties in creating communication networks between PAs in South America, for the authors, this directly affects the effectiveness of the management of these areas.

The country with the most studies analyzed was Brazil (n=7), which can be explained by the size of its territory and, also, by the fact that it has the largest number of PAs in South America. In Brazil, the reported conflicts revolve around the creation model adopted, resulting in disputes over the use of resources present in the PAs (Kauano *et al.*, 2020; Bockstael *et al.*, 2016; Payés; Pavão; Santos, 2013; Anaya; Espírito-Santo, 2018; Nicolle; Leroy, 2017). Resource dispute was also reported in Suriname (Ramirez-Gomez *et al.*, 2016). In addition, in Brazil, the determining factors of conflicts compromise the management of these areas, resulting in a certain inefficiency, which is evidenced by the loss of fauna and flora. (Cabral *et al.*, 2016; Ma *et al.*, 2020).

Argentina is the country with the most conflicts similar to those found in Brazil, with the main challenge of PA management in the country being disputes over the different uses of areas, followed by the expansion of mass tourism (Morea, 2019; Izquierdo; Grau, 2009). Similar to Brazil, forest loss and landscape changes are also a recurring conflict in Chile and Colombia. (Miranda *et al.*, 2015; Meza, 2020; Pereira *et al.*, 2020; Bonilla-Mejía; Higuera-Mendieta, 2019).

Another similarity between the aforementioned countries is the criticism of the model of creation and legislation that does not respond to the requirements and particularities of the countries (Leroy, 2017; Pereira *et al.*, 2020). However, the dynamics of conflicts in Chile are different from those reported in Brazil, while in the first country the conflicts are commercial interventions in the vicinity of the PAs, in the second the biggest problem is human occupation within the PAs (Kauano *et al.*, 2020; Bockstael *et al.*, 2016; Payés; Pavão; Santos, 2013; Anaya; Espírito-Santo, 2018; Nicolle; Leroy, 2017; Pereira *et al.*, 2020; Carranza *et al.*, 2020; Meza, 2020).

In Bolivia, as well as in Brazil, conflicts are also generated by human occupation within the PAs (Perez; Pacheco, 2006; Hope, 2016; Reyes-García *et al.*, 2012). However, in Bolivia, a conflict not reported in the studies identified in other countries, refers to the invasion of wild animals in areas dedicated to agriculture, which generates economic losses and supports the idea that a PA is an economic obstacle (Perez; Pacheco, 2006). Still in this country, there is an increase in populations that are not traditional communities in the PAs (Reyes-García *et al.*, 2012).

In Ecuador and Peru, all studies point to the existence of conflicts caused by the expansion of tourism (López-Rodríguez; Rosado, 2017; Colloredo-Mansfeld *et al.*, 2018; Fiallo; Jacobson, 2020; Maldonado-Oré; Custodio, 2020). In Peru, Miranda *et al.* (2016) addresses the existence of PAs and community management, but do not specify the nature of the conflicts. In Brazil (Kauano *et al.*, 2020; BockstaeL *et al.*, 2016), Bolivia (Hope, 2016), Colombia (Pourcq *et al.*, 2017), Suriname (Djosetro; Behagel, 2020) and Argentina (Morea, 2019), PAs management conflicts were cited and there were criticisms of the model for creating these areas. In both Venezuela and Paraguay, only one document was found for each country. In Paraguay, there is a prevalence of private land ownership in the country, which is the conflicting factor.

Quintana e Morse (2005) indicate that the main conflict that threatens Paraguayan PAs is social inequalities, both in areas that are in the public domain and in the private domain. In Venezuela, Sletto (2008) identified conflicts with Indigenous peoples and frequent fires in the country's PAs, as well as the lack of communication between indigenous peoples and local authorities. No studies were found that reported conflicts in PAs in Uruguay and Guyana.

The analysis of the studies considered in this paper reveals similarities between existing conflicts in South American PAs, which are related to human occupation in or near these areas. Thus, it is disclosed that the proposed model legally endowed by the countries does not coincide with what is implemented. and ends up becoming a generator or potentiator of socio-environmental conflicts. An expression that was found in 20% of the works analyzed was “Paper Park”, which refers to PAs that do not achieve their creation objectives in practice. There are also gaps related to existing conflicts in the studied areas, such as the beginning of these conflicts and their current dimension. Another relevant aspect to consider is that, due to the plurality of methods adopted in the studies found, the socio-environmental approach is secondary, especially in those that present quantitative results. As previously mentioned, through the manual search, other works were researched to complement the discussions, such as the profile of the studies included in the analysis (Table 3).

Table 3 - Profile of studies included in the analysis through manual search.

Method	Country	Authors
--------	---------	---------

Ethnographic analysis	Argentina	Gomes (2019).
Interviews	Colombia (1); Argentina (2)	Garcia (2019); Cabral, Gorostegui-Valenti and García (2019); Canizzo; Campos and Lichtenstein (2020)
Image geoprocessing	Venezuela	Catherine <i>et al.</i> (2013).
Research with the community	Brazil (1); Colombia (1)	Santos and Guerra (2021); Aya-Rojas (2020).
Documentary research	Colombia (2); Bolivia (1).	Avellaneda-Torres, Torres and Sicard (2015); Cano (2008); Adrian (2015).
Documentary research and literature review	Colombia (1); Argentina (1)	Monsalve and Vargas (2018); Morea (2014).
Literature review	Brazil (1); Colombia (1)	Pimentel and Ribeiro (2016); Andrade (2009).
Literature review and case study	Colombia	Garcés, Yepes and Ceballos (2011).

Authors, 2023.

In the manual search, the largest number of studies found was from Colombia and most of the studies were also published in the last 10 years, corroborating the hypothesis mentioned in the results of the systematic review, that studies on the subject have grown in the last 15 years, and being facilitated by search bases, free access and other changes that only occurred in recent years in the scientific scenario.

Pimentel and Ribeiro (2016) analyzed conflicts in PAs in Brazil and, based on several Brazilian and foreign references, were able to conclude that the “urban-industrial” worldview makes evident the separation of man and nature, transforming the territory into a commodity and diverging from the perception of traditional communities, which is a factor that generates significant conflicts in Brazil.

According to them, the institution of PAs in the country followed this model, since expropriation ended up being the easiest way, however, in this dynamic, the country's land problem was not considered and for this reason, Brazilian PAs are marked by relationships conflicting. Santos and Guerra (2021), when studying conflicts in one of the Brazilian PAs, also point out that the separation of the community and the conservation is a striking factor in the management of the area, however, they place the intensification

of mass tourism as another factor that generates conflicts. Hereby, the manual search made it possible to find another factor that generates conflicts in the country, the land problem, moreover, in that search, it was confirmed that the occupation of these areas associated with the separation of management communities, mark the dynamics of PAs in the country.

Avillaneda-Torres, Rojas and Sicard (2015) approach alternatives for conflict resolution in Colombian PAs that have occupation in their interior. For the authors, this occupation tends to be the core of conflicts in the country's PAs and ends up becoming a generating fact of other conflicts, such as disputes over land use and occupation. These disputes are also discussed by Garcés, Yepes and Ceballos (2011) and Cano (2008), who report the occupation within the Colombian PAs as a major problem for management, for the author there is a strong correlation between the development model and the occupation of these areas, as evidenced by Pimentel and Ribeiro (2016) when studying Brazilian PAs.

For Monsalve and Vargas (2018), conflicts in the Colombian PAs harm the management of the areas and will only be resolved when there are collective management mechanisms (involving several social actors). It is also worth noting that the creation of PAs in occupied communities intensified the aforementioned conflicts (Garcia, 2019) and that this creation model is inspired by the model of “untouched nature”, which separates communities from preservation (Andrade, 2009). It is even worth mentioning that this is one of the striking differences of PAs in South America, when compared to North American PAs, for example, in which PAs are created in large, remote and sparsely occupied areas (Godoy, 2009).

Despite criticism of the creation model, it is not correct to say that the problem lies in the creation of spaces for conservation, what is needed is the creation of mechanisms that guarantee conservation combined with social well-being and the survival of local communities, which most of the time are the most vulnerable communities, socially and economically (Andrade, 2009). Aya-Rojas (2020) points out that territorial planning conflicts in Colombian PAs are intensified by the separation of local communities and by area management policies. For the author, an intercultural management perspective could be an effective conflict mediation tool, a proposal that was also pointed out by Monsalve and Vargas (2018).

Gomes (2019) also considers the exclusion of local communities as a cause of conflicts in Argentine PAs. The author also points out that these conflicts are being intensified by the expansion of tourism, a problem mentioned by Cabral, Gorostegui-Valenti and García (2019), Morea (2014) and reported, as well, in the works analyzed by the systematic review. Another conflict found in Argentine PAs is the lack of financial resources dedicated to the management of these areas, a governance problem also pointed out by Githiru *et al.* (2015) and Bruner, Gullison and Balmford (2004), and a positive point is that there was a significant increase in the participation of communities in the management of PAs in the country (Canizzo; Campos; Lichtenstein, 2020).

Morea (2014) and Adrian (2015) also reveal that management plans are an essential tool for managing PAs not only in these countries, and that these have been improved over the years. In Venezuela, a correlation was found with the reflections of Cano (2008) in Colombia, and Pimentel and Ribeiro (2016) in Brazil, indicating that conflicts in Venezuelan PAs are directly related to the economic system, where the dialogue between PAs managers and resource-dependent communities is not well established, especially when the topic is local economic development. There is also, in the country, a great dispute involving the use and occupation of the land (Catherine *et al.*, 2013).

In the manual search, another conflict was found that threatens the Bolivian PAs, which is the exploitation of hydrocarbons, which are oil derivatives, this exploitation can be seen as an intensifier of social conflicts, since their nationalization ends up generating pressure for expanding exploration in these PAs (Adrian, 2015).

4. CONCLUSIONS

The studies analyzed indicate that conservation conflicts are a recurring reality in PAs in South America. Although some studies mention the creation and management model as the core of conflicts, the separation of conservation communities in these areas leads to conflicts of various natures. It was perceived that most countries have flaws in the management of their PAs, a recurrent aspect in the analyzed studies. Also evident is the term "Paper Park", which refers to PAs that were not effectively implemented, and was mentioned in several studies.

It is concluded that the creation model is associated with a wrong choice in the PAs management category, where the existence of communities that have always existed in the place is disregarded, since these areas are occupied by populations. The existing contradiction in the exclusion of these communities from the management of the PAs must be considered in the management strategies and public policies of the countries. It is worth mentioning that all management categories have conflicts and that, according to Silveira-Júnior *et al.* (2021), conflicts in the less restrictive categories may be greater than those in the more restrictive categories, the authors point out that most of the less restrictive areas have a large territorial extension, which makes their management difficult, resulting in more conflicts.

The manual search added discussions to the paper but was not able to fill the gaps in the plurality of management of the PAs in South America, since no works were found that spoke of the conflicts in Guyana and Uruguay. In the systematic review, the country with the most studies was Brazil, while in the manual search more studies were found on Colombia, which may be related to the size of the territories, or it may also be related only to the greater interest in the subject in the research conducted in the country. However, it is not necessarily related to the greater or lesser existence of conflicts in those territories. It was unanimous that, in addition to the problem, the solution is pointed out, which indicates the need to strengthen communication between the research results, the public authorities and the management of the PAs. In this sense, most of the cited authors suggest the insertion of local communities in the management of PAs, as a strategy to give voice to all those involved.

When addressing the dimension of conflicts in South America, it can be concluded that they cause difficulties in the management of PAs, mainly due to the plurality of countries due to the base of the economy, political, social and environmental aspects. Nevertheless, it was found that such conflicts are similar and dialogue with each other, a fact that makes it possible for countries to unite in positive initiatives, exchanges of experiences, and also, international agreements can be drawn, in the collective search for environmental conservation, essential and urgent for human survival. However, as a limitation, the present study did not consider the use of the most spoken languages in South America (Portuguese and Spanish) in its searches on the platform, which may have limited the findings. We tried to alleviate this limitation through manual search, however,

new studies are suggesting that use these languages in research using the systematic review methodology.

REFERENCES

ABRAHÃO, G. R.; ASMUS, M. Sistema de governança em Unidades de Conservação. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Curitiba, v. 44, p. 104-117, 28 fev. 2018.

ADRIAN, A. H. A. ¿Qué tanto conocemos de nuestras Áreas Protegidas nacionales en Bolivia?. **Rev. Acta Nova**, Cochabamba, v. 7, n. 1, p. 93-105, mar. 2015.

ARDOIN, Nicole M.; BOWERS, Alison W.; GAILLARD, Estelle. Environmental education outcomes for conservation: a systematic review. **Biological Conservation**, Washington, v. 241, p. 108224, jan. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.biocon.2019.108224>.

ANAYA, F. C.; ESPÍRITO-SANTO, M. M. "Protected Areas and Territorial Exclusion of Traditional Communities: Analyzing the Social Impacts of Environmental Compensation Strategies in Brazil. **Ecology and Society**, [s.l.], v.23, no. 1, p. 1-13, mar. 2018.

ANDERIES, J. M. Managing variance: key policy challenges for the anthropocene. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, Washington, v. 112, n. 47, p. 14402-14403, 17 nov. 2015.

ANDRADE, G. ¿El fin de la frontera? Reflexiones desde el caso colombiano para una nueva construcción social de la naturaleza protegida. **Revista de Estudios Sociales**. Bogotá, v. 32, n.1, p. 48-59, abril. 2009,

AVELLANEDA-TORRES, L. M.; TORRES, E. R.; SICARD, T. E. L. Alternativas ante el conflicto entre autoridades ambientales y habitantes de áreas protegidas en páramos colombianos. **Mundo Agrario**. La Plata, v. 31, n.16, 2015.

BRANDON, K.. **Ecosystem Services from Tropical Forests: Review of Current Science**. Center for Global Development Working Paper No. 380, 2014.

BRUNER, A. G.; GULLISON, R. E.; BALMFORD, A. Financial Costs and Shortfalls of Managing and Expanding Protected-Area Systems in Developing Countries. **Bioscience**, Oxford, v. 54, n. 12, p. 1119-1126, dez. 2004.

BOCKSTAEL, E.; BAHIA, N. C.F.; SEIXAS, C. S.; BERKES, F. Participation in protected area management planning in coastal Brazil. **Environmental Science & Policy**, [S.L.], v. 60, p. 1-10, jun. 2016.

BONILLA-MEJÍA, L.; HIGUERA-MENDIETA, I. Protected Areas under Weak Institutions: evidence from colombia. **World Development**, [s.l.], v. 122, p. 585-596, out. 2019.

CABRAL, A. I.R.; SAITO, C.; PEREIRA, H.; LAQUES, A. E. Deforestation pattern dynamics in protected areas of the Brazilian Legal Amazon using remote sensing data. **Applied Geography**, [s.l.], v. 100, p. 101-115, nov. 2018.

CABRAL, V.; GARCÍA, G. GOROSTEGUI-VALENTI, G. El Desarrollo Como Frontera De La Conservación. **Letras Verdes. Revista Latinoamericana De Estudios Socioambientales**, v. 26, n. 1, p. 35-50, ago. 2019.

CACCIALI, P.; CABRAL, H.; YANOSKY, A. A. Conservation implications of protected areas' coverage for Paraguay's reptiles. **Parks**, Switzerland, v. 21, n. 2, p. 101-119, nov. 2015.

CANNIZZO, M.; CAMPOS, C. M.; LICHTENSTEIN, G. Protegiendo lo desprotegido: cambios y desafíos del sistema de áreas naturales protegidas de Mendoza. **Boletín de Estudios Geográficos**, Mendoza, v. 1, n.113, p. 53-75. nov. 2020.

CANO, M. D. Conflicto de ocupación en áreas protegidas: conservación versus derechos de comunidades. **Opinión Jurídica**, Medellín, v. 7, n.14, p. 53-69, dez. 2008.

CARRANZA, D.M.; VARAS-BELEMMEI, K.; VEER, D.de; IGLESIAS-MÜLLER, C.; CORAL-SANTACRUZ, D.; MÉNDEZ, Felipe A.; TORRES-LAGOS, E.; SQUEO, F. A.; GAYMER, C. F. Socio-environmental conflicts: an underestimated threat to biodiversity conservation in chile. **Environmental Science & Policy**, [s.l.], v. 110, p. 46-59, ago. 2020.

CATHERINE, B.; WUILLIAN, R.; ANGNES, A.; JONNY, Santiago; JUAN, Velásquez. Determinación de conflictos de uso en áreas protegidas. **Revista Forestal Latinoamericana**, Mérida, v. 28, n.1, p. 37-60, maio 2014.

CLERICI, N. *et al.* Deforestation in Colombian protected areas increased during post-conflict periods. **Scientific Reports**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 1-12, 18 mar. 2020.

CONTI, B. R.; ANTUNES, D. de C. Conflitos na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: entraves ao desenvolvimento local na vila de trindade (paraty, rj). **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 13, n. 2, p. 213-223, dez. 2012.

CNUC, Cadastro Nacional de Unidades de Conservação. **Painel Unidades de Conservação Brasileiras**. 2020. Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiMjUxMTU0NWMTODkyNC00NzNiLWJiNTQtNGI3NTI2NjliZDkzIiwidCI6IjM5NTdhMzY3LTZkMzgtNGMxZi1hNGJhLTMzZThmM2M1NTBjYj9>. Acesso em: 11 nov. 2020.

COLLOREDO-MANSFELD, R. *et al.* Conflicts, Territories, and the Institutionalization of Post-Agrarian Economies on an Expanding Tourist Frontier in Quilotoa, Ecuador. **World Development**, [s.l.], v. 101, p. 441-452, jan. 2018

DAWSON, N. *et al.* Protected areas and the neglected contribution of Indigenous Peoples and local communities: struggles for environmental justice in the caatinga dry forest. **People and Nature**, [s.l.], p. 1-17, 29 nov. 2021.

DIEGUES, A. C; NOGARA, P. J. N. **Nosso lugar virou parque**. 3. ed. São Paulo: NUPAUB USP, 2005. 176 p.

DJOSETRO, M.; BEHAGEL, J. H. Building local support for a coastal protected area: collaborative governance in the bigi pan multiple use management area of suriname. **Marine Policy**, [s.l.], v. 112, p. 103746-103757, fev. 2020 DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.marpol.2019.103746>

DON-CARLOS, A. W. *et al.* Building Capacity to Enhance Protected Area Management Effectiveness: A Current Needs Assessment for the Asian Context. **The George Wright Forum**, S.L., v. 30, n. 2, p. 154-162, fev. 2013.

DOWBOR, L. A dimensão dos desafios. *In*: DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. 2. ed. São Paulo: Outras Palavras, 2018. Cap. 1. p. 17-38.

DUDLEY, N. (Ed.). **Guidelines for Applying Protected Area Management Categories**. Switzerland: IUCN Publications Services, 2008. 143 p.

FAO-UNEP. **The State of the World's Forests 2020. Forests, biodiversity and people**. Rome: FAO- UNEP, 2020. 214 p.

FIALLO, E. A.; JACOBSON, S. K. Local Communities and Protected Areas: Attitudes of Rural Residents Towards Conservation and Machalilla National Park, Ecuador. **Environmental Conservation**, v. 22, n. 3 p. 241-249, 1995.

GALVÃO, M. C. B.; RICARTE, I. L. M. Revisão Sistemática da Literatura: conceituação, produção e publicação. **Logeion: Filosofia da Informação**, [s.l.], v. 6, n. 1, p. 57-73, 15 set. 2019.

GÁRCES, H. P.; YEPES, C. A. Z.; CEBALLOS, S. M. T. Conflictos ambientales: la biodiversidad como estrategia ordenadora del territorio. **Opinión Jurídica**, Medellín, v. 10, n. 1, p. 89-104, dec. 2011.

GARCÍA, P. K. G. Protegiendo a la montaña, despojando al campesino. Tensiones por el ordenamiento territorial en Viotá (Cundinamarca, Colombia). **Territórios**, Rosário, n. 42-Esp., p. 1-24, 2020.

GASTON, K. J. *et al.* The Ecological Performance of Protected Areas. **Annual Review of Ecology, Evolution, And Systematics**, Estados Unidos, v. 39, n. 1, p. 93-113, dez. 2008.

GITHIRU, M. *et al.* Should biodiversity offsets help finance underfunded Protected Areas? **Biological Conservation**, [S.l.], v. 191, p. 819-826, nov. 2015.

GODOY, L. R. C. O modelo de gestão e o financiamento de áreas protegidas nos Estados Unidos da América. *Revista de Direito Ambiental*, São Paulo, v. 1, n. 77, p. 1-36, mar. 2015.

GOMES, E. Establecidos Y Marginados En áreas Naturales Protegidas: Dos Casos De Estudio En México Y Argentina. **Letras Verdes. Revista Latinoamericana De Estudios Socioambientales**, v. 26, n. 1, p. 51-68. fev. 2016.

GONÇALVES, D. D.; TÁRREGA, M. C. V. B. Conflitos sociais e jurídicos na consolidação fundiária dos Parques Nacionais brasileiros: um estudo de caso sob a ótica da Teoria Crítica de David Sanches Rubio. **Direito Ambiental e Sociedade**, Caxias do Sul, v. 7, n. 1, p.62-88, mar. 2017.

GOUGH, D.; OLIVER, S.; THOMAS, J. **An Introduction to Systematic Reviews**. New Jersey: Wiley-Blackwell, 2017. 728 p.

HANSEN, A. J.; DEFRIES, R. Land Use Change around Nature Reserves: implications for sustaining biodiversity¹. **Ecological Applications**, [s.l.], v. 17, n. 4, p. 972-973, jun. 2007.

HOCKINGS, M.; STOLTON, S.; DUDLEY, N. Management Effectiveness: assessing management of protected areas? **Journal of Environmental Policy & Planning**, [s.l.], v. 6, n. 2, p. 157-174, jun. 2004.

HOPE, J. Losing ground? Extractive-led development versus environmentalism in the Isiboro Secure Indigenous Territory and National Park (TIPNIS), Bolivia. **The Extractive Industries and Society**, [s.l.], v. 3, n. 4, p. 922-929, nov. 2016.

IBAMA - INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Atlas de conservação da natureza brasileira: unidades federais**. São Paulo: Metalivros, 2004. 335p.

IZQUIERDO, A. E.; GRAU, H. R. Agriculture adjustment, land-use transition and protected areas in Northwestern Argentina. **Journal of Environmental Management**, [s.l.], v. 90, n. 2, p. 858-865, fev. 2009. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvman.2008.02.013>.

KALAMANDEEN, M.; GILLSON, L. Demything “wilderness”: implications for protected area designation and management. **Biodiversity and Conservation**, London, v. 16, n. 1, p. 165-182, jan. 2007.

KAUANO, É. E. *et al.* Do protected areas hamper economic development of the Amazon region? An analysis of the relationship between protected areas and the economic growth of Brazilian Amazon municipalities. **Land Use Policy**, [S.L.], v. 92, p. 104473-104485, mar. 2020.

JONES, K. R. *et al.* One-third of global protected land is under intense human pressure. **Science**, Philadelphia, v. 360, n. 6390, p. 788-791, 17 maio 2018.

JOPPA, L. N.; LOARIE, S. R.; PIMM, S. L. On Population Growth Near Protected Areas. **Plos One**, [S.L.], v. 4, n. 1, p. 4279-4291, 26 jan. 2009.

LAM, L. M.; PAUL, S. Isputed Land Rights and Conservation-Led Displacement: A Double Whammy on the Poor. **Conservation and Society**, [s.l.], v. 12, n. 1, p. 65-76, jun. 2014.

LOMBA, R. M.; PORTO, J. L. R. Conflitos na fronteira amazônica: conservação e disputas nas áreas protegidas do Amapá Brasil. **Confins**, [s.l.], n. 47, p. 1-16, 22 set. 2020.

LÓPEZ-RODRÍGUEZ, F.; ROSADO, D. Management effectiveness evaluation in protected areas of southern Ecuador. **Journal of Environmental Management**, [s.l.], v. 190, p. 45-52, abr. 2017.

MA, B. *et al.* Identification of conflict between wildlife living spaces and human activity spaces and adjustments in/around protected areas under climate change : A case study in the Three-River Source Region. **Journal of Environmental Management**, [s.l.], v. 262, p. 110322-110331, maio 2020.

MALDONADO-ORÉ, E. M. CUSTÓDIO, M. Visitor environmental impact on protected natural areas: an evaluation of the huaytapallana regional conservation area in peru. **Journal of Outdoor Recreation and Tourism**, [s.l.], v. 31, p. 100298-100306, set. 2020.

MAYS, N.; POPE, C.; POPAY, J. Systematically reviewing qualitative and quantitative evidence to inform management and policy-making in the health field. **Journal of Health Services Research & Policy**, [s.l.], v. 10, n. 1, p. 6-20, jul. 2005..

MIRANDA, A. *et al.* Different times, same story: native forest loss and landscape homogenization in three physiographical areas of south-central of chile. **Applied Geography**, [s.l.], v. 60, p. 20-28, jun. 2015.

MIRANDA, J. J. Effects of Protected Areas on Forest Cover Change and Local Communities: evidence from the peruvian amazon. **World Development**, [s.l.], v. 78, p. 288-307, fev. 2016.

- MEZA, L. E. Mapuche Struggles for Land and the Role of Private Protected Areas in Chile. **Journal of Latin American Geography**, Texas, v. 8, n. 1, p. 149-163, dez. 2009.
- MONSALVE, J. E.; VARGAS, C. E. Conflictos de uso del territorio y áreas protegidas en Colombia: aproximaciones para su análisis. **Administración & Desarrollo**, Bogotá, v. 48, n.2, p. 76-106, dez. 2018.
- MOREA, J. P. A framework for improving the management of protected areas from a social perspective: the case of bahía de san antonio protected natural area, argentina. **Land Use Policy**, [s.l.], v. 87, p. 104044-104057, set. 2019.
- MOREA, J. P. Situación actual de la gestión de las áreas protegidas de la Argentina. Problemáticas actuales y tendencias futuras. **Revista Universitaria de Geografía**, [s.l.], v. 23, n.1, p. 57-75, dez. 2014.
- NICOLLE, S.; LEROY, M. Advocacy coalitions and protected areas creation process: case study in the amazon. **Journal of Environmental Management**, [S.L.], v. 198, p. 99-109, ago. 2017.
- PAYÉS, A. C. L. M.; PAVÃO, T.; SANTOS, R. F. dos. The conservation success over time: evaluating the land use and cover change in a protected area under a long re-categorization process. **Land Use Policy**, [s.l.], v. 30, n. 1, p. 177-185, jan. 2013.
- PELLIZZARO, P. C. *et al.* Stewardship and management of protected natural areas: the international context. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 1, p. 19-36, mar. 2015.
- PEREIRA, S. R. *et al.* Assessment of landscape transformation in protected areas. **Environmental Impact Assessment Review**, [s.l.], v. 86, p. 106472-106479, jan. 2021.
- PÉREZ, E.; PACHECO, L. F. Damage by large mammals to subsistence crops within a protected area in a montane forest of Bolivia. **Crop Protection**, [s.l.], v. 25, n. 9, p. 933-939, set. 2006.
- PHUC, T. X. Why did the forest conservation policy fail in the Vietnamese uplands? Forest conflicts in Ba Vi National Park in Northern Region. **International Journal Of Environmental Studies**, [s.l.], v. 66, n. 1, p. 59-68, fev. 2009.
- PIMENTEL, S. M. A.; RIBEIRO, W. C. Populações tradicionais e conflitos em áreas protegidas. Geosp – **Espaço e Tempo (Online)**, v. 20, n. 2, p. 224-237, ago. 2016.
- POURCQ, K. de; THOMAS, E.; ARTS, B.; VRANCKX, A.; LÉON-SICARD, T.; VAN DAMME, P. Understanding and Resolving Conflict Between Local Communities and Conservation Authorities in Colombia. **World Development**, [s.l.], v. 93, p. 125-135, maio 2017.

PRESSEY, R. L.; VISCONTI, P.; FERRARO, P. J. Making parks make a difference: poor alignment of policy, planning and management with protected-area impact, and ways forward. **Philosophical Transactions of The Royal Society B: Biological Sciences**, [S.L.], v. 370, n. 1681, p. 1-19, 5 nov. 2015.

PRINGLE, R. M. Upgrading protected areas to conserve wild biodiversity. **Nature**, United Kingdom, v. 546, n. 7656, p. 91-99, jun. 2017. D

QUINTANA, J.; MORSE, S. Social interactions and resource ownership in two private protected areas of Paraguay. **Journal of Environmental Management**, [s.l.], v. 77, n. 1, p. 64-78, out. 2005. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.jenvman.2005.02.014>.

RAISG, Rede Amazônica de Informação Socioambiental Georreferenciada. **Cartografia Histórica de Áreas Naturales Protegidas y Territorios Indígenas en la Amazonía**. 1.ed. 2016.161 p.

RAMIREZ-GOMEZ, S.O.I. *et al.* Participatory mapping to identify indigenous community use zones: implications for conservation planning in southern suriname. **Journal for Nature Conservation**, [s.l.], v. 29, p. 69-78, fev. 2016.

REYES-GARCÍA, V. *et al.* Presence and Purpose of Nonindigenous Peoples on Indigenous Lands: a descriptive account from the bolivian lowlands. **Society & Natural Resources**, [s.l.], v. 25, n. 3, p. 270-284, mar. 2012.

ROJAS, S. M. A. Gobernanza ambiental: de los conflictos socioterritoriales hacia la conservación del ambiente en contextos interculturales en los Andes occidentales (Colombia). **Ambiente y Desarrollo**, Bogotá, v. 24, n. 46, p. 1-25, jun. 2020.

SALVIO, G. M. M.; GOMES, C. R. Protected Area Systems in South American Countries. **Floresta e Ambiente**, Seropédica, v. 25, n. 4, p. 1-11, 13 set. 2018.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, fev. 2007.

SANCHO, A.; DEUS, J. A. S. de. Áreas protegidas e ambientes urbanos: novos significados e transformações associados ao fenômeno da urbanização extensiva. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 27, n. 2, p. 223-238, ago. 2015.

SANTOS, L. B. dos; GUERRA, A. J. T. Conflitos de uso dos recursos naturais em áreas protegidas e potencialidades para o turismo de base comunitária: um estudo sobre a Vila de Trindade (Paraty-RJ). **Ciência Geográfica**, Bauru, v. 25, n. 3, p. 1059-1072, dez. 2021.

SARMENTO, W. M.; READING, R. P. Conservation presence, not socioeconomics, leads to differences in pastoralist perceived threats to argali. **Journal of Asia-Pacific Biodiversity**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 263-270, set. 2016.

SILVEIRA-JUNIOR, W. J. da *et al.* Conservation conflicts and their drivers in different protected area management groups: a case study in brazil. **Biodiversity and Conservation**, [S.L.], v. 30, n. 14, p. 4297-4315, 19 out. 2021.

SLETTTO, B. The Knowledge that Counts: institutional identities, policy science, and the conflict over fire management in the gran sabana, venezuela. **World Development**, [s.l.], v. 36, n. 10, p. 1938-1955, out. 2008.

STEFFEN, W. *et al.* The trajectory of the Anthropocene: the great acceleration. **The Anthropocene Review**, [s.l.], v. 2, n. 1, p. 81-98, 16 jan. 2015.

UNEP-WCMC e IUCN (2020). **Protected Planet: The World Database on Protected Areas (WDPA)**, setembro de 2020, Cambridge, UK: UNEP-WCMC and IUCN. Disponível em: www.protectedplanet.net .Access on: 08 nov. 2022.

ZINN, J. O. Living in the Anthropocene: towards a risk-taking society. **Environmental Sociology**, [s.l.], v. 2, n. 4, p. 385-394, out. 2016.

2. Capítulo 2: APROFUNDANDO NO TEMA: as possibilidades da Economia Solidária

A Economia Solidária nas Unidades de Conservação de Uso Sustentável: potencialidades e limitações

RESUMO

A economia solidária (ES) é uma ferramenta que busca alternativas ao desenvolvimento hegemônico no qual, na maioria das vezes, grupos marginalizados buscam formas alternativas de fazer economia, buscando o reconhecimento social e econômico. Unidades de Conservação da Natureza (UCs) de Uso Sustentável são áreas instituídas por ato do poder público, que buscam compatibilizar as atividades humanas com a preservação ambiental. As UCs de Uso Sustentável impõem diversos desafios de gestão. Dessa forma a economia solidária pode surgir como instrumento efetivo nesta governança. Sendo assim, buscou-se mapear os projetos do gênero supracitado dentro do grupo de UCs de Uso Sustentável, identificando quais são as potencialidades e limitações dos mesmos. Foram identificados 138 projetos desenvolvidos e, por meio de um questionário estruturado, identificaram-se as seguintes potencialidades: geração de renda; promoção da sustentabilidade; impulsionamento do desenvolvimento local; inclusão da comunidade e reconhecimento de que a UC é uma vantagem para a manutenção do projeto. Já como limitações, encontraram-se: a falta de incentivos à continuidade do projeto; distanciamento do órgão gestor da UC ao longo dos anos; incapacidade de continuidade de resolução de conflitos fundiários. No que diz respeito à resolução de conflitos, a ES se mostrou eficiente na resolução de conflitos sociais, ambientais e culturais, não apresentando o mesmo desempenho nos conflitos fundiários. Conclui-se que a interseção entre as vantagens e as limitações realça a complexidade inerente a esse assunto, enfatizando a necessidade de políticas e estratégias bem concebidas para otimizar o papel da economia solidária na gestão das UCs.

Palavras-chave: Empreendimentos Solidários. Sustentabilidade. Preservação. Áreas Protegidas. Coletivos Sustentáveis.

ABSTRACT

The solidarity economy (ES) is a tool that seeks alternatives to hegemonic development where, more often than not, marginalized groups look for alternative ways of doing business, seeking social and economic recognition. Sustainable Use Nature Conservation Units (UCs) are areas established by an act of public authority, which seek to make human activities compatible with environmental preservation. Sustainable Use Conservation Units pose a number of management challenges. So, the solidarity economy can emerge as an effective instrument in this governance. We therefore sought to map the projects of the aforementioned type within the group of Sustainable Use Conservation Units, identifying their potential and limitations. A total of 138 projects were surveyed and, using a structured questionnaire, the following potentialities were identified: income generation; promoting sustainability; boosting local development; including the community and recognizing that the Conservation Unit is an advantage for maintaining the project. As for limitations, the following were found: lack of incentives to continue the project; distancing from the managing body of the Conservation Unit over the years; inability to continue resolving land conflicts. With regard to conflict resolution, the ES proved to be efficient in resolving social, environmental and cultural conflicts, but did not perform as well in land conflicts. It is concluded that the intersection between advantages and limitations highlights the complexity inherent in this subject, emphasizing the need for well-designed policies and strategies to optimize the role of the solidarity economy in the management of APs.

Keywords: Solidarity Enterprises. Sustainability. Preservation. Protected Areas. Sustainable Collectives.

1. INTRODUÇÃO

A Economia Solidária (ES) é considerada uma forma alternativa de produção e geração de renda, porque não utiliza os mesmos preceitos da economia tradicional, proporcionando a distribuição de renda, a preservação do meio ambiente e o desenvolvimento local (Anaya; Rodrigues, 2021). Para Nandi (2017), a ES se configura em uma prática não capitalista, que permite a reapropriação dos trabalhadores dos meios de produção, sendo suas ações baseadas no cooperativismo e na solidariedade. A origem da economia solidária é incerta, mas há registros de seu início ainda no século XIX, sendo que sua expansão pela América ocorreu somente no final do século XX. Logo, trata-se de um conceito relativamente novo e não é possível defini-la de uma forma apenas. Em geral, a ES vem como um movimento de oposição ao sistema capitalista. Tendo, dessa forma, um grande apelo social, sobretudo, por ser uma ferramenta em que o lucro não é posto em primeiro lugar e sim em harmonia com as questões sociais, econômicas e ambientais (Leal; Rodrigues, 2018).

No Brasil, a ascensão da ES está diretamente relacionada aos movimentos trabalhistas, formados por trabalhadores explorados que buscavam se contrapor à oferta e procura por mão de obra barata. Na busca por melhores condições de trabalho, estes trabalhadores começaram a se unir e formar empreendimentos solidários.

O primeiro empreendimento solidário registrado no país foi em 1901, através do Decreto nº4.287, que se tratava de uma cooperativa operária situada no Rio de Janeiro, com o objetivo de garantir a alimentação dos operários por preços acessíveis (Leal; Rodrigues, 2018; Scholz, 2016; Singer; Machado, 2000).

Para Silva, Estanque e Costa (2021) o capitalismo “selvagem” fortalecido na primeira fase da revolução industrial trouxe consigo o avanço da tecnologia produtiva, mas também estimulou a organização coletiva da classe trabalhadora, abrindo espaço para práticas que levaram a conquistas civilizatórias mais amplas. Para os autores, o desenvolvimento é desigual e possuem lógicas diferentes, pois nem todo crescimento conduz ao progresso, tal como não é todo rendimento que conduz à satisfação humana, ou seja, o desenvolvimento não é suficiente para traçar cenários emancipatórios.

Para Nand (2017), o termo “Economia Social e Solidária” (ESS) tem sido utilizado para definir uma série de iniciativas sociais que se diferenciam dos empreendimentos convencionais por dois aspectos básicos: (i) ter um cunho social,

econômico e muitas vezes ambiental marcante e (ii) englobar uma série de iniciativas em que possuem relações cooperativistas, associativistas ou solidárias, que variam desde grupos organizados e ONGs a empreendimentos formais estabelecidos. O autor traz que, a ES está indo para além do seu nicho periférico tornando-se mais significativa, haja vista seus indicadores econômicos, comerciais e socioeconômicos atuais. O autor Nand (2017) cita o exemplo da Índia para ilustrar sua hipótese, em diálogo, Pompeu, Holanda e Santos (2021) pontuam:

A economia solidária nasce oriunda da necessidade de os trabalhadores produzirem e auferirem renda. Essa imprescindibilidade de inclusão econômica, por parte das pessoas excluídas do sistema econômico formal, foi a força motriz para buscar alternativas para garantir a própria sobrevivência. A economia solidária apresenta-se como um paradigma inclusivo, com o objetivo de criar possibilidades econômicas e sociais e ao mesmo tempo atenuar os efeitos de décadas de exclusão social e econômica. A busca por compartilhar a existência humana digna motiva a construção da economia solidária, assim constitui alternativa capaz de criar possibilidades e soluções ao desemprego e à precarização do trabalho (p. 4).

Como mencionado, a ES tem sua formação relacionada a grupos marginalizados, que de alguma forma, são mantidos distantes do chamado desenvolvimento⁴. Nesse sentido, sabe-se que as UCs são áreas em que existem diversos conflitos, e geralmente, estão correlacionados à disputa por recursos naturais.

As Unidades de Conservação da Natureza (UCs) são áreas criadas através do poder público, que têm como objetivo a conservação dos recursos naturais. As UCs, possuem restrições de uso, variando conforme a categoria de manejo, que pode ser de Uso Sustentável - busca compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável - ou Proteção Integral - busca a preservação admitindo-se apenas o uso indireto de seus recursos naturais (Brasil, 2000).

Seria errôneo pensar na conservação de forma ampla sem lembrar do conceito de etnobioidiversidade, o qual considera que assim como a natureza sustenta a criação de espécies, a mesma é responsável por criar cultura e costumes. As pessoas que dependem dos recursos naturais, possuem noção da complexa relação entre cuidar para produzir, diferentemente de pessoas que obtêm, usam, extraem e consomem recursos naturais além do - necessários para sua sobrevivência, ou seja, a reprodução dos saberes tradicionais é como preservadora do ecossistema (Yoshida; 2021).

⁴ Aqui, faz-se referência ao conceito de desenvolvimento associado a uma perspectiva ideológica de desenvolvimento do capital, somente.

De acordo com Assis, Faria e Bayer (2022) a efetividade da função das UCs presentes no referido estudo é consideravelmente comprometida pela falta de instrumentos de gestão dessas áreas. Já Costa (2011) traz que o mosaico da diversidade cultural que existe nas UCs precisa da atenção de todos os países, sobretudo, pelo modelo de conservação que exclui a presença humana, que na maioria das vezes é a responsável pela conservação existente. Para Costa (2011) “*o que é importante nisso é ser reconhecido que tal abundância não é um ato da natureza apenas, é realmente o resultado de milhares de anos de inovações humanas e de relação interdependente com a natureza*” (p. 117, grifo nosso).

Scholz (2016) traz que os empreendimentos de natureza solidária funcionam como um importante instrumento para a construção de poder econômico para grupos marginalizados. Ao mesmo tempo em que Saha e Kasi (2023) ao mapearem organizações comunitárias com potencial de enfrentamento dos efeitos nocivos do capitalismo junto a grupos de mulheres socialmente marginalizadas na Índia, encontraram que quanto mais marginalizados financeiramente, menos a comunidade participa e menores são as chances dos projetos alavancarem, havendo sucessos e fracassos, porém, os autores pontuam que são inegáveis a sustentabilidade e a importância destas iniciativas.

Dessa forma, é preciso que a Economia Solidária tenha apoio, pois mesmo possuindo princípios diferentes de empreendimentos tradicionais, os empreendimentos solidários participam do mesmo mercado e precisam de ferramentas que permitam uma competição justa, necessitam da inserção de programas de financiamento, assim como do fortalecimento da opinião pública sobre empreendimentos solidários podem ser a chave para seu crescimento, conforme mencionam Pompeu, Holanda e Santos (2021) e Scholz (2016).

Para Silveira-Júnior *et al.* (2021), em ambas as categorias de manejo de UCs existem conflitos e os autores pontuam que nas áreas menos restritivas (UCs de Uso Sustentável) os conflitos podem ter ainda maior magnitude, considerando que algumas possuem áreas extensas que são mais difíceis de serem administradas, pois abrigam uma diversidade de atividades socioeconômicas, sobretudo as Áreas de Proteção Ambiental (APAs). Sarmiento e Reading (2016) trazem que o modelo conservacionista que exclui pessoas, acaba gerando conflitos e a gestão dessas áreas protegidas é significativamente comprometida.

Assim sendo, buscou-se entender a dinâmica da ES em UCs de Uso Sustentável, na busca por ferramentas capazes de mitigar e gerir os conflitos, bem como de trazer qualidade de vida a quem cuidou do espaço que se tornou uma UC, pensando que essa área só existe pelo vínculo de cuidado estabelecido muito antes do mundo pensar anteriormente à criação dos espaços protegidos. Escolheu-se a ES por acreditar que os seus princípios podem de alguma forma compatibilizar o uso respeitoso dos recursos naturais, que essa forma de economia dialoga com os objetivos propostos no SNUC e por conceber que o desamparo total ou parcial dessas comunidades é uma forma de racismo ambiental, apoiada no alicerce da injustiça ambiental.

Ante ao contexto apresentado, este estudo tem como objetivo realizar um mapeamento dos projetos de Economia Solidária em Unidades de Conservação de Uso Sustentável e identificar quais são as potencialidades e as limitações desses projetos.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Em primeiro momento, buscou-se levantar quais são as UCs de Uso Sustentável presentes no Brasil. Depois, separou-se deste grupo as que são geridas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), ou seja, somente as UCs de Uso Sustentável federais. Ainda neste recorte, foram excluídas as Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs), uma vez que as mesmas não dialogam com o objetivo proposto neste trabalho, por ser possível apenas desenvolver atividades relacionadas ao uso indireto, como as científicas, educativas e turístico-recreativas, e como não há Reservas de Fauna sob a gestão federal, essa não aparece no presente estudo. Para tanto, utilizou-se o mapeamento do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), intitulado de CNUC (Cadastro Nacional de Unidades de Conservação). O referido mapeamento, considera o período temporal de 88 anos (1934 a 2022) (MMA, 2023).

Após esta etapa, buscou-se cada uma delas no *site* do ICMBio, também via CNUC. O objetivo dessa etapa foi verificar quais empreendimentos solidários compunham o Conselho Gestor das UCs selecionadas. Vale mencionar que tanto neste, como nas próximas etapas de levantamento dos empreendimentos, considerou-se apenas as Cooperativas e Associações, por indicarem um certo grau de consolidação do projeto.

Também foram excluídos os empreendimentos consolidados que não fazem parte dos objetivos dessa pesquisa, como Igrejas, por exemplo. Além desse levantamento, foi utilizado o Catálogo de Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil, documento elaborado

pelo ICMBio, com o intuito de mapear as cadeias produtivas envolvidas nas UCs de Uso Sustentável Federais (ICMBio, 2018).

Por fim, foi realizada uma pesquisa geral através do mecanismo de busca do *Google*, utilizando os termos “Associação” ou “Cooperativa”, seguido das nomenclaturas das UCs de Uso Sustentável (Reserva Extrativista, Reserva do Desenvolvimento Sustentável, Floresta Nacional, Área de Relevante Interesse Ecológico ou Área de Proteção Ambiental).

Nessa etapa, assumiu-se todos os resultados encontrados, que incluíam o termo de busca utilizado. Após, com os resultados encontrados, fez-se uma pesquisa visando identificar se a mesma estava inserida em uma UC de Uso Sustentável sob gestão federal. Com tais dados em mãos, iniciou-se a busca manual dos contatos de cada uma das UCs e dos empreendimentos encontrados, buscando ter uma base de dados que possibilitasse o contato com cada uma das áreas estudadas. Nessa etapa, também se pesquisou o ano de criação de cada um dos empreendimentos listados.

Posteriormente, foram identificadas as potencialidades e as limitações dos projetos de Economia Solidária nas UCs de Uso Sustentável. Nessa etapa, utilizou-se uma adaptação da Análise de Correspondência, a qual trata de variáveis categóricas, visando representar conjuntos de dados através de um modelo gráfico que facilita a interpretação da relação entre tais conjuntos (Mingoti, 2005; Czermainski, 2004).

Aplicou-se um questionário estruturado por meio de um formulário *online* utilizando a ferramenta *Google Forms*. No próprio questionário, foi dado acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos membros das organizações de Economia Solidária, com o objetivo de se ter uma resposta por projeto. O envio foi realizado por e-mail e/ou ligação telefônica.

Para a definição do número amostral, utilizou-se o *Statdisk*, especificamente os seguintes comandos do referido programa: *Analysis; Sample Size Determination; Estimated Proportion*.

No item “*Confidence Level*” utilizou-se o valor 0,95, nível de confiança recomendado, no item “*Margin of Error*” utilizou-se o valor de 0,05, buscando a maior confiança dos resultados. Como foram levantados ao todo 138 projetos de economia solidária desenvolvidos em UCs de Uso Sustentável, o número amostral foi de 102 questionários respondidos, assumindo que a população foi amostrada sem reposição e a proporção assumida foi de 0,5.

A análise de dados consistiu na combinação de métodos. Inicialmente procedeu-se à Análise de Conteúdo, compreendida como um conjunto de técnicas de pesquisa cujo objetivo é a busca do sentido ou dos sentidos dos dados coletados (Cardoso; Oliveira; Ghelli, 2021).

A segunda foi a Análise Exploratória de Dados, utilizada principalmente nos questionários aplicados. Essa metodologia teve o intuito de transformar dados em informações claras aos leitores, buscando compreender, ao longo dos resultados, as correlações e tendências e categorizando os dados em quantitativos e/ou descritivos, utilizando como recursos os gráficos e tabelas (Dana; Sicsú, 2012).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao todo, foram listadas na primeira etapa, 185 Unidades de Conservação de Uso Sustentável, na esfera de gestão federal, considerando o período temporal disponível na base de dados utilizada (89 anos, de 1934 a 2022). Destas, 18 UCs foram criadas na primeira metade do período e 167 na segunda, sendo que 105 datam dos últimos 20 anos. O quantitativo de cada uma das categorias de manejo incluídas neste estudo, são apresentadas a seguir (Tabela 1).

Tabela 1- UCs de Uso Sustentável por categoria de manejo.

Categoria de Manejo	Quantitativo
Reserva Extrativista	66
Reserva do Desenvolvimento Sustentável	2
Floresta Nacional	67
Área de Relevante Interesse Ecológico	13
Área de Proteção Ambiental	37
TOTAL	185

Fonte: Adaptado de CNUC, 2023.

Das 7 categorias de manejo utilizadas nesta pesquisa, 5 delas estão presentes na listagem supracitada, uma vez que foram excluídas as UCs da categoria de manejo RPPNs e não há Reserva de Fauna sob a gestão federal, conforme mencionado anteriormente.

Todas essas áreas juntas correspondem a 121.158.400 ha de área protegida no território brasileiro.

Das UCs mencionadas, 132 possuem Conselho Gestor, enquanto que 53 ainda não possuem o referido órgão. Em termos de Plano de Manejo, os dados são menos promissores, indicando que 67,03% das UCs não possuem o referido documento, que é obrigatório de acordo com o Art. 27 do SNUC (Brasil, 2000; CNUC, 2023). O bioma com mais UCs de Uso Sustentável é a Amazônia, enquanto que, com menor número destaca-se o Pampa. Vale mencionar que 61 (32,97%) das UCs de Uso Sustentável estão em municípios costeiros.

Foram listados, ao todo, 138 projetos de economia solidária desenvolvidos em UCs de Uso Sustentável (Quadro 1), a maioria criados a partir dos anos 2000 (ano também, da promulgação do SNUC), com um pico no ano de 2005, como pode ser observado a seguir (Quadro 1).

Quadro 1- Projetos de Economia Solidária em UCs de Uso Sustentável.

ACRE
COOPERFLORESTA- Cooperativa dos Produtores Florestais comunitários.
ASSEXMA- Associação dos Extrativistas da Floresta Nacional do Macauã e da Área de Entornos.
ASSC- Associação dos Seringueiros do Seringal Cazumbá.
AARERL- Associação Agroextrativista da Reserva Extrativista do Rio Liberdade.
APPREWP- Associação dos Pequenos Produtores Rurais e Extrativistas Wilson Pinheiro.
ASAREAT- Associação dos Seringueiros e Agricultores da Reserva Extrativista do Alto Tarauacá.
AMOPREX- Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Xapuri.
AMOPRESENA- Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Chico Mendes de Sena Madureira
AMOPRECARB- Associação de Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Capixaba e Rio Branco.
AMOPREBE- Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes em Brasileira e Epitaciolândia.
AMOPREAB – Associação dos Moradores e Produtores da Reserva Extrativista Chico Mendes de Assis Brasil.
AMAPÁ

AMAC- Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari.
COOPEMAC- Cooperativa de Mulheres do Alto Cajari.
AARRA- Associação dos Agroextrativistas Ribeirinhos do Rio Araguari.
ACIOBIO- Associação de Moradores e Trabalhadores em Produtos da Cadeia da Sociobiodiversidade dos Médios e Baixo Rio Cajari e Muriaca em Atividades na Resex Cajari.
AMOBIO – Associação das Mulheres Moradoras e Trabalhadoras da Cadeia de Produtos da Sócio Biodiversidade no Alto Resex Cajari.
AMAZONAS
AMRERJ- Associação dos Moradores da Reserva Extrativista do Rio Jutai.
AMRU- Associação dos Moradores do Rio Unini.
APAFE- Associação de Produtores Agroextrativistas da FLONA de Tefé e Entorno.
ASPROC- Associação dos Produtores Rurais de Carauari.
CODAEMJ- Cooperativa Mista de Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária.
ASTRUJ- Associação dos Produtores Rurais de Juruá.
ATAMP- Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus.
AAPA- Associação Agro-Extrativista de Auati-Paraná.
COOMARU- Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Unini.
COPERAR- Cooperativa Agroextrativista do Mapiá e Médio Purus.
APREA- Associação dos Produtores Rurais Extrativistas da Resex Arapixi
AMECSARA- Associação dos Moradores Extrativistas da Comunidade São Raimundo
AMARI- Associação dos Moradores Agroextrativistas da Resex Ituxi
AMALCG- Associação dos Moradores Agroextrativistas do Lago do Capanã Grande.
AMVCM- Associação de Moradores da Vila Céu do Mapiá.
APADRIT- Associação dos Produtores Agroextrativistas da Assembleia de Deus do Rio Ituxi.
COOPAGRI – Cooperativa Agroextrativista da Reserva Extrativista Ituxi.
PARÁ
AUREMAP- Associação dos usuários da Reserva Extrativista Marinha Araí-Peroba.
ASSUREMAV- Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Gurupi-Piriá.

AMREVS- Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Verde para Sempre.
APROAPA- Associação de produtores rurais da APA Igarapé Gelado.
AUREMS- Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Soure.
COOPRUNÃ- Cooperativa Mista Agroextrativista do Rio Inambu.
COAMA- Cooperativa de Produtores Agroextrativistas dos rios Aramã e Mapúa.
COOPRASUL- Cooperativa Agroextrativista de Surucuaá.
ATRAEIB- Associação dos Trabalhadores Rurais Agroextrativistas do Itatupã e Baquiá.
AMOREMA- Associação de Moradores da Reserva Extrativista Mapúa.
ASSUREMACATA- Associação dos usuários da Reserva Extrativista Marinha Caeté- Taperaçu.
COEX- Cooperativa dos Extrativistas da Flona de Carajás.
COOMFLONA- Cooperativa Mista da Flona do Tapajós.
ASCED- Associação de Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas de São Domingos do Rio Tapajós - São Domingos.
ASCOMART- Associação Comunitária dos moradores e produtores rurais e extrativista de Maguari- Rio Tapajós.
ASMORJA- Associação de Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas da comunidade de Jamaraquá-Rio Tapajós.
AMPRECA- Associação de Moradores, Produtores Rurais e Extrativista Comunidade de Acaratinga.
ACJM- Associação Comunitária do Jaguarari Município: Belterra/PA.
AMPRECP- Associação de Moradores e Produtores Rurais e Extrativistas da Comunidade de Piquiatuba.
AUREMAT- Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha de Tracuateua.
AVAPIS- Associação Viseuense de Apicultores.
AMPOC- Associação dos Moradores do Povoado do Céu.
AMPAC- Associação dos Moradores do Pacoval.
ASMUPESQ- Associação das Mulheres do Pesqueiro.
AUREMAG- Associação dos Usuários da Reserva Extrativista Marinha Mãe Grande de Curuçá.
AMOREAP - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Arioca Pruanã.
AMOMEX - Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Médio Xingu.
AMORA- Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.

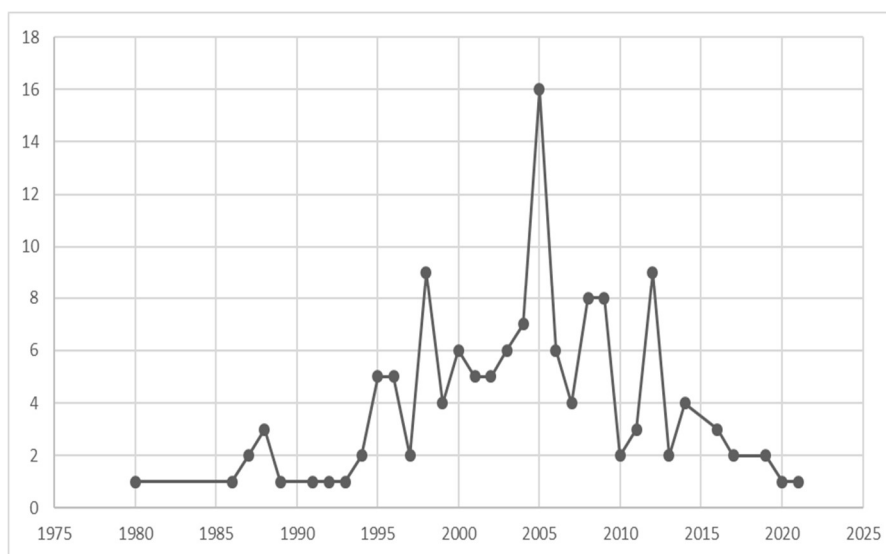
AMORERI- Associação dos Moradores da Reserva Extrativista Rio Iriri.
ASCDESRA- Associação de Desenvolvimento Sustentável do Rio Arimum.
COOMNSPRA - Cooperativa Mista Agroextrativista Nossa Senhora do Perpétuo Socorro.
ACDP - Associação Comunitária Deus Proverá.
ACAC - Associação Comunitária Agroextrativista do Rio Curuminim.
ADAB- Associação de Desenvolvimento Agroextrativista do Baixo Acaraí.
ACBPM- Associação Comunitária Belém de Porto de Moz.
ADSPAC- Associação de Desenvolvimento Sustentável dos Produtores Agroextrativistas da Comunidade Itapeua.
ACSBY- Associação Comunitária São Benedito do Yumbi.
TAPAJOARA- Organização das Associações e Moradores da Reserva Extrativista Tapajós-Arapiuns.
RONDÔNIA
COOPCUNIÃ - Cooperativa dos Pescadores, Aquicultores, Agricultores e Extrativistas da Resex Cuniã.
ASMOCUN- Associação dos Moradores e Agroextrativistas do Lago do Cuniã.
ASAEX - Associação dos Seringueiros e Agroextrativista do Baixo Rio Ouro Preto.
ASROP- Associação dos Seringueiros do Rio Ouro Preto.
TOCANTINS
ARENT - Associação da Reserva Extremo Norte Tocantins.
ALAGOAS
APB- Associação Peixe-boi.
JEQUIAPIS - Associação dos Apicultores, Criadores de Abelhas Melíferas Africanizadas de Jequiá da Praia.
AMRM - Associação dos Maricultores – Rio Mar.
BAHIA
ARQSP - Associação Remanescente do Quilombo Salamina Putumuju.
AMAPPP- Associação de Moradores, Agricultores e Pescadores do Puxim da Praia.
APEC- Associação dos Pescadores de Cumuruxatiba.
AMEX- Associação Mãe dos Extrativistas da Resex Canavieiras.
CEARÁ

ACSO- Associação Comunitária da Serra Olho d'Água.
AMM- Associação das Mulheres da Macaúba.
APPRSSC- Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Sítio Serra do Catolé.
ACMB- Associação Comunitária dos Moradores do Batoque.
AAFBSJ- Associação dos Assentados da Fazenda Boa Vista São Judas Tadeu.
ABV- Associação Boa Vista.
MARANHÃO
ATARECO- Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da RESEX Ciriaco.
AMREMC - Associação de Moradores da Reserva Extrativista Marinha de Cururupu.
ACMRQD - Associação Comunitária de Moradores Remanescentes Quilombo Deserto.
AMOQUIF - Associação de Moradores Quilombo Frechal.
AMPMCCLC- Associação de Moradores, Pescadores, Marisqueiro, Catadores de Caranguejo e Lavradores de Cajazeiras.
ANSVMQR- Associação Nossa Senhora da Vitória dos Moradores do Quilombo Rumo.
ATRCL- Associação dos Trabalhadores Rurais da Chapada Limpa I.
ATRPJ- Associação dos Trabalhadores Rurais do Povoado Juçaral.
ATRAMAG- Associação dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Reserva Extrativistas de Mata Grande.
APIC- Associação de Pescadores da Ilha de Canárias.
AMPM- Associação de Moradores e Pescadores do Morro do Meio.
AMPCP- Associação de Moradores e Pescadores de Caiçara da Praia.
APRIT- Associação dos Produtores Rurais da Ilha do Torto.
AMCCCP- Associação de Moradores e Catadores de Caranguejo da Comunidade Passarinho da Reserva Extrativista Marinha do Delta do Parnaíba.
COOPEC- Cooperativa de Pescadores Artesanais de Carutapera.
AMAI- Associação de Moradores Agropesca Icatuense.
ATRAMAG- Associação dos Trabalhadores e Extrativistas da Mata Grande.
PERNAMBUCO
EXUAPIS- Associação dos Apicultores e Agricultores do município de Exu.
AJT- Associação de Jangadeiros de Tamandaré.

AASP- Associação dos/as Agricultores e Agricultoras da Serra dos Paus.
APPRDT- Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Distrito de Timorante.
APPCV- Associação de Pescadores e Pescadoras de Carne de Vaca.
PIAUI
ARMM- Associação das Rendeiras dos Morros da Mariana.
ACMIG- Associação de Catadores de Mariscos de Ilha Grande.
AATIG- Associação de Artesãos em Trançados da Ilha Grande de Santa Isabel.
ACVFP- Associação dos Condutores de Visitantes da Flona de Palmares.
GOIAS
ASPEGA- Associação dos Pescadores e Guias de Aruanã.
ARCA- Associação Ribeirinha Canoeiros de Aruanã.
ABGERA- Associação dos Barqueiros e Pescadores do Encontro dos Rios de Aruanã.
ABA- Associação dos Barqueiros de Aruanã.
MINAS GERAIS
COOPAAB- Cooperativa de Agricultores Familiares Agroextrativistas de Água Boa II.
COOPERUAÇU- Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas do Vale do Peruaçu.
RIO DE JANEIRO
AREMAC - Associação da Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.
ACIGUA- Associação Comunitária Indígena Guarani.
AMC- Associação de Moradores do Cabral.
AMAF- Associação de Moradores da Comunidade Tradicional Rural da Forquilha.
AMOQC- Associação de Moradores do Quilombo do Campinho da Independência.
SÃO PAULO
REMA- Associação da Comunidade Remanescente de Quilombo da Reserva Extrativista do Mandira.
AJJ- Associação dos Jovens da Juréia.
AAPCI- Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Iguape.
AMABP- Associação dos Moradores e Amigos do Bairro de Pedrinhas.
ARC- Associação Rede Cananéia.

UPA- Associação União Pró Artesanato.
AAMI- Associação de Artesãos de Monhangaba de Itariri.
PARANÁ
ACRIAPA - Associação de Criadores de Abelhas Nativas da APA de Guaraqueçaba.
ANCA- Arte Nossa Cooperativa de Artesanato.
RIO GRANDE DO SUL
AMPARS- Associação de moradores e produtores da APA em Rosário do Sul.
AMPA28- Associação de moradores e produtores da APA Rincão 28.
RORAIMA
ECOJAUPERI- Associação ecológica, artesanato, extrativismo e pesca da Resex Baixo Rio Branco.

Figura 1- Linha do tempo da criação de projetos de economia solidária em UCs de Uso Sustentável*.



*O eixo X indica o ano de criação, e o eixo Y, indica a quantidade de projetos.

O aumento dos projetos a partir dos anos 2000 correlaciona-se à inclusão do tema na agenda federal, onde a pauta foi atribuída ao Ministério de Trabalho e Emprego (MTE), com a Criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e do Conselho de Economia Solidária (CNES), a partir da Lei nº10.683 de 2003 (Brasil, 2003). Silva (2018) aponta o período como a consolidação da ES no Brasil, uma vez que de

acordo com o autor, tal forma de economia “ganhou de vez o *status* de ação governamental, com previsão orçamentária e unidade executora própria” (p.171).

Nesse período, houve a consolidação da ES no país e os resultados econômicos e sociais foram visíveis. Hoje, em 2023, estando a Lei nº10.683 (Brasil, 2003) totalmente revogada, o país caminha a passos lentos no incentivo da ES, mesmo que a mesma tenha importância fundamental na redução das desigualdades sociais.

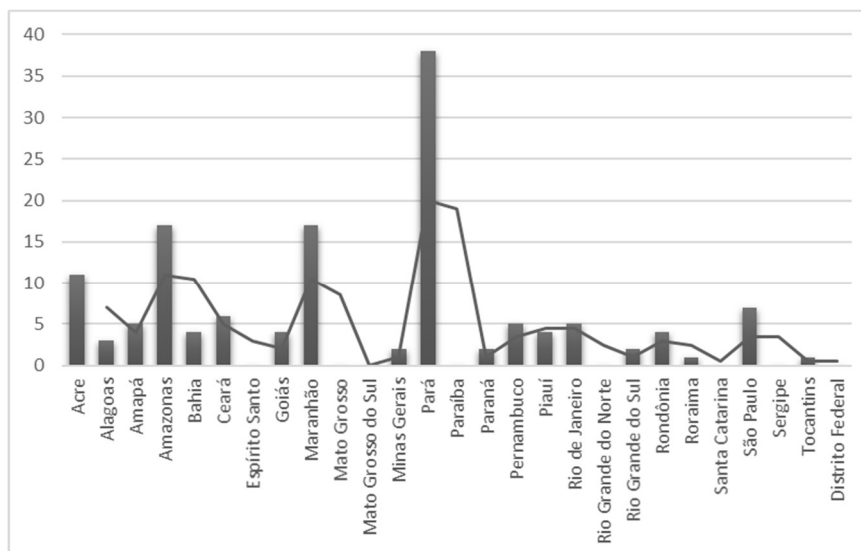
Vale mencionar que, atualmente, a ES faz parte do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (Brasil, 2023), o que indica que a pauta tem sido tratada mais como um mecanismo de inclusão social e produtiva, e não como uma estratégia de desenvolvimento, como fora anteriormente. Em 2009, a Organização Internacional do Trabalho (*International Labour Organization* - ILO) colocou a Economia Solidária como um instrumento capaz de recuperar a economia global em tempos de crise, citando como exemplo os imigrantes da Indonésia (ILO, 2009).

Destarte, uma organização de renome reconhece o instrumento como eficaz e capaz de mudanças na macroeconomia, enquanto que no Brasil, atualmente, ela é vista somente como um mecanismo de inclusão social.

Também é válido citar que desde a Medida Provisória nº 870/2019 (transformada na Lei nº13.844 de 2019), o CNES e o SIES (Sistema de Informação em Economia Solidária) foram descontinuados (Brasil, 2019). Ambos foram importantes instrumentos para a consolidação da pauta, sendo que a primeira garantia o controle social e o segundo garantia uma perspectiva nacional dos impactos econômicos da ES no país. No mesmo período, poucos projetos aqui estudados foram criados, tendo o menor índice desde os anos 1980. Considerando que nem todas as UCs de Uso Sustentável possuem projetos de economia solidária, enxerga-se uma possibilidade de expansão dos projetos.

O estado que mais possui projetos de ES desenvolvidos dentro de UCs de Uso Sustentável é o Pará, com 38 projetos, seguido do Amazonas e Maranhão, com 17 projetos cada, sendo que a maioria dos estados possui menos de 10 projetos, como pode ser observado a seguir (Figura 2).

Figura 2- Projetos de Economia Solidária desenvolvidos em UCs de Uso Sustentável por estado*.



*O eixo X indica a Unidade Federativa e o eixo Y, indica a quantidade de projetos.

O Pará e o Amazonas também são os Estados que mais possuem UCs de Uso Sustentável. Já o Maranhão se destaca na quantidade de projetos, uma vez que possui apenas 8 UCs da referida categoria em seu território. Este levantamento indica que há diferença nas informações, pois o último relatório do SIES (Brasil, 2013) indica que a região que mais possui projetos é o Nordeste, enquanto que nesta pesquisa encontrou-se um destaque para a região Norte do país (Brasil, 2013). Para além, das 27 Unidades Federativas brasileiras, 8 delas não possuem projetos de ES em UCs de Uso Sustentável. Dessa forma, considerando os 27 estados, tem-se uma média de 5,11 projetos por estado e, excluindo os que não possuem (que são 8), tem-se a média real de 7,26 projetos por estado.

É interessante observar que a maioria dos projetos são desenvolvidos por Associações (87,7%), enquanto a minoria é por Cooperativas (12,3%), o que pode ser explicado pelo fato de que a Associação é relativamente mais simples de ser consolidada do que a Cooperativa. A título de exemplo, para constituição de uma associação, é necessário no mínimo duas pessoas, enquanto que na cooperativa o mínimo é de 20 pessoas, além disso, os custos de registro de uma associação são menores (Brasil, 1971; Brasil, 1988; Brasil, 2002). Os dados condizem com o último levantamento do SIES, no qual, a maioria dos projetos de ES no território nacional se configurava como Associação (Brasil, 2013).

Outro fator interessante é a existência de empreendimentos exclusivamente femininos, o que se relaciona com a ascensão do empoderamento feminino, assim como,

traz a correlação direta entre Economia Solidária e o cuidado, uma vez que as mulheres são as mais marginalizadas no mercado de trabalho, tendo em vista as dificuldades de conciliar o trabalho do cuidado com atividades remuneradas. Nessa discussão cabe lembrar do termo “sustentabilidade da vida”, eixo discutido na economia feminista e que têm forte cunho político, uma vez que é mais utilizada nos movimentos sociais do que na academia. De forma geral, a sustentabilidade da vida rediscute o enfoque reprodutivo da economia tradicional, onde é benéfico e necessário que as mulheres não ocupem uma posição no mercado de trabalho para que possam, de maneira efetiva, reproduzir a força de trabalho (Bengoa, 2018).

Bengoa (2018) também vê possibilidades no trabalho cooperativo, uma vez que respeita os tempos da natureza e do cuidado, como uma forma de driblar parte dos grandes problemas do capitalismo tradicional, inclusive, em empreendimentos solidários não é incomum a divisão do cuidado entre as participantes.

No que se refere ao atendimento de famílias e pessoas pelas organizações, tem-se, os seguintes números: as organizações atendem de 14 a 500 famílias e de 28 a 1.253 pessoas, direta ou indiretamente. Tais números evidenciam a importância das iniciativas da economia solidária, valendo-se lembrar que os dados aqui apresentados buscaram uma média real, ou seja, as instituições que não tinham estes dados foram excluídas da média, ao invés de colocar-se zero. Essa perspectiva encontrada, ilustra os dados que Scholz (2016) aponta, que na atualidade, as cooperativas/associações empregam mais que as multinacionais. Em diálogo, Dowbor (2023) exprime que diante da crise civilizatória causada pelos modos de produção capitalista, os modos alternativos de produção, como é caso das cooperativas e associações, passam a ter uma dimensão macroeconômica, ao invés de inferir somente em pequenos espaços territoriais.

No que diz respeito aos questionários, obteve-se 104 respondentes. A maioria das respostas foram obtidas por meio de ligação telefônica e a média de tentativas foi de 8 vezes. Já os resultados sobre o projeto de ES podem ser observados a seguir (Figura 3- a, b, c, d, e, f, g e h).

Figura 3- Resultados dos questionários sobre os projetos de ES.

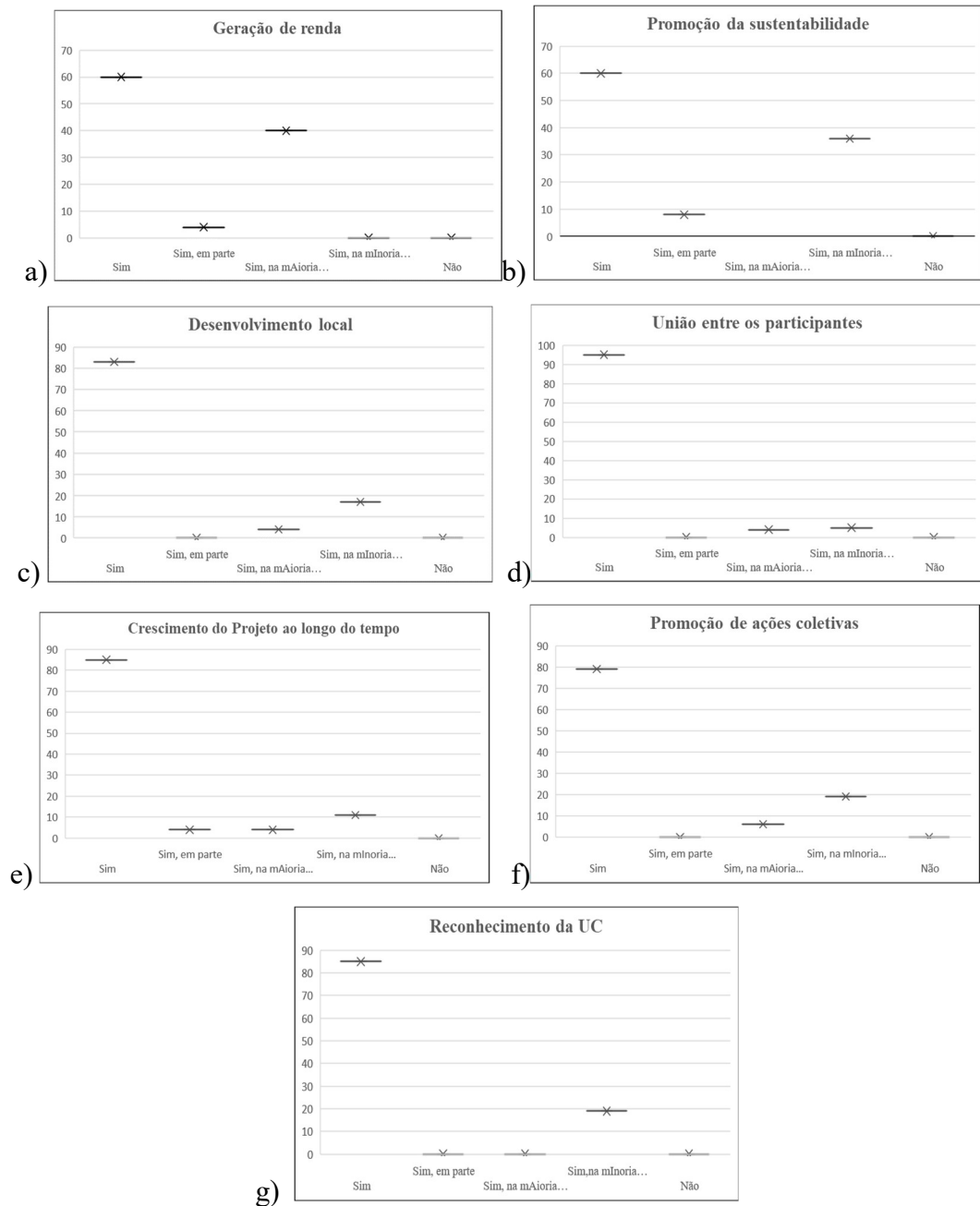


Figura 3 a) Geração de renda do projeto de ES;

Figura 3 b) Promoção da Sustentabilidade pelo projeto de ES;

Figura 3 c) Promoção do Desenvolvimento local pelo projeto de ES;

Figura 3 d) União entre os participantes do projeto de ES;

Figura 3 e) Crescimento do projeto de ES ao longo do tempo;

Figura 3 f) Existência de ações coletivas promovidas pelo projeto de ES;

Figura 3 g) Reconhecimento da importância da UC pelo projeto de ES.

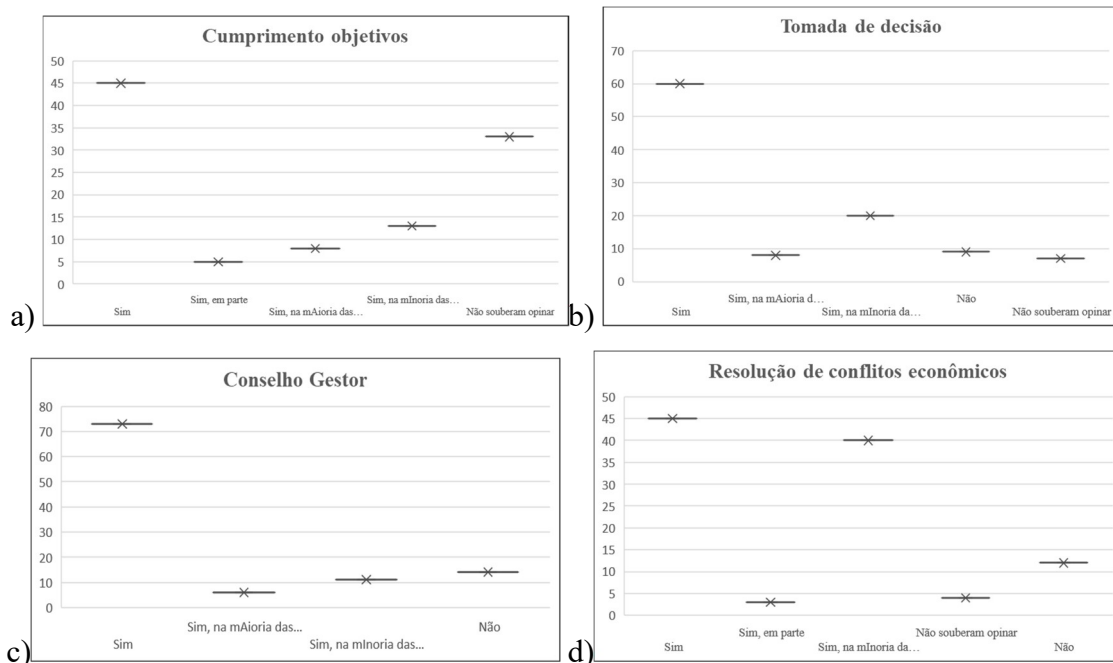
Observaram-se pontos relevantes, que reiteram que os projetos possuem importância significativa, tais como: (i) os altos índices positivos obtidos nos itens geração de renda, promoção da sustentabilidade e desenvolvimento local, indicando que

existe um equilíbrio entre a atividade econômica e a preservação dos recursos naturais e, (ii) evidenciou-se o caráter coletivo de tais empreendimentos, tendo em vista os indicadores obtidos nos itens ações coletivas e união entre os participantes. No entanto, um ponto que chama muita a atenção é o reconhecimento da UC como uma potencialidade para o projeto. Tal reconhecimento desempenha um papel crucial na preservação dos recursos naturais, na promoção do desenvolvimento sustentável e na melhoria da qualidade de vida das comunidades locais. Essa interação positiva entre conservação ambiental e atividades econômicas solidárias é fundamental para um futuro mais equilibrado e sustentável.

No que se refere ao aceite de novos membros no projeto, a maioria (91) indica que o empreendimento está aberto a novos membros. Os demais pontuaram que para entrar há regras e a maioria dos interessados não está disposta a seguir, por isso considerou-se a negativa total ou parcial na resposta.

No item dos questionários, intitulado de Unidade de Conservação de Uso Sustentável, as respostas estão expressas nos desdobramentos (a, b, c, d, e, f, g, h) apresentados na Figura 4.

Figura 4- Resultados dos questionários sobre as UCs.



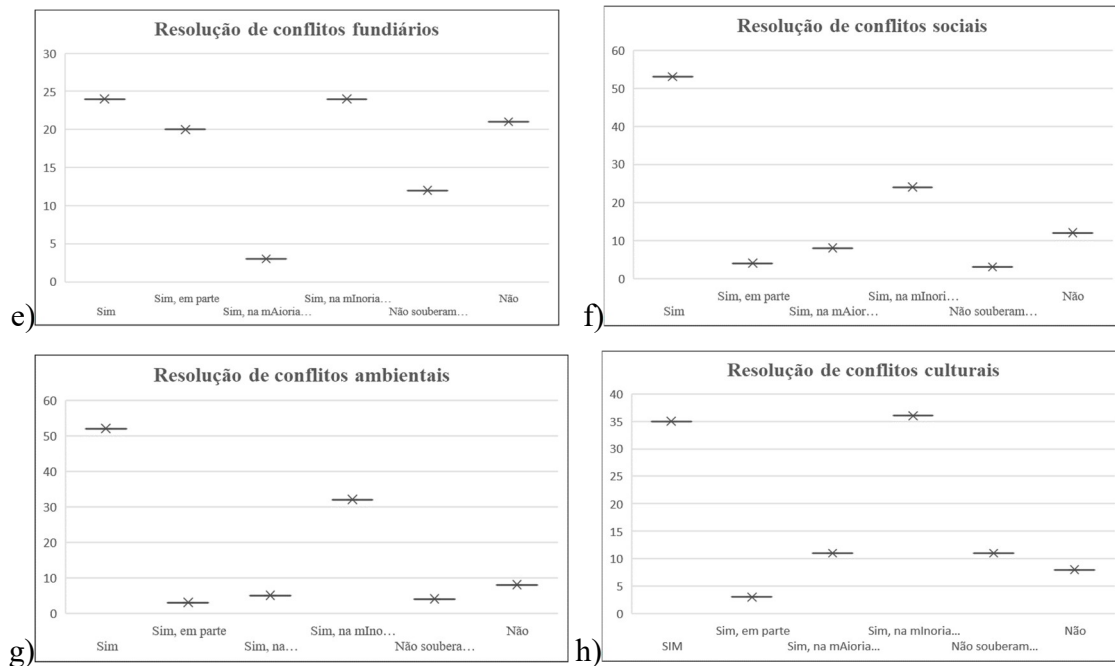


Figura 4 a) Cumprimento dos objetivos da UC na visão dos projetos de ES;

Figura 4 b) Consideração da opinião do projeto na tomada de decisão da UC;

Figura 4 c) Participação dos membros dos projetos no Conselho Gestor da UC que fazem parte;

Figura 4 d) Perspectiva da resolução de conflitos econômicos pela UC, após a instituição do projeto de ES;

Figura 4 e) Perspectiva da resolução de conflitos fundiários pela UC, após a instituição do projeto de ES;

Figura 4 f) Perspectiva da resolução de conflitos sociais pela UC, após a instituição do projeto de ES;

Figura 4 g) Perspectiva da resolução de conflitos ambientais pela UC, após a instituição do projeto de ES;

Figura 4 h) Perspectiva da resolução de conflitos culturais pela UC, após a instituição do projeto de ES.

Nota-se um alto desconhecimento com relação ao cumprimento ou não dos objetivos instituídos pelo SNUC pelas UCs de Uso Sustentável, haja vista que 33 (31,%) dos respondentes não souberam opinar, ao mesmo tempo em que a maioria que respondeu (45- 43,2%) acredita que a UC cumpre tais objetivos.

Em relação à consideração da opinião do empreendimento de ES na tomada de decisão, encontrou-se uma perspectiva positiva, onde a maioria acredita que sim. Outro ponto positivo, é a expressiva participação dos membros dos projetos no Conselho Gestor da UC da qual fazem parte. Vale lembrar que nem todas as UCs possuem tal mecanismo de participação.

Em termos de gestão de conflitos, com base nas respostas, a ES mostrou índices eficientes na resolução dos conflitos econômicos, sociais, ambientais e culturais e índices inefetivos na resolução de conflitos fundiários, o que já era esperado, pois os conflitos fundiários tendem a ter uma complexidade maior, bem como esse assunto dialoga pouco com os objetivos da economia solidária.

Algumas observações deixadas pelos participantes no espaço livre foram: (i) todos os empreendimentos que envolvem trabalhos manuais e/ou técnicas tradicionais, relataram que estão sofrendo com o desinteresse das novas gerações em perpetuar tais atividades; (ii) um dos questionários menciona que as coisas começaram a mudar recentemente na UC, pois quem a gere agora é alguém da comunidade, que a conhece e sabe das suas peculiaridades; (iii) em diversos questionários foram feitos pedidos de socorro, pedindo atenção do governo, principalmente no que se refere à chegada de populações não tradicionais no território; (iv) houve reclamações de que antes as cooperativas e associações tinham mais atenção dos gestores das UCs, um deles citou que conseguiram muitos recursos graças a tal ajuda, mas que esse apoio têm diminuído de forma progressiva; (v) houve relatos de que a UC não reconhece a importância que a comunidade têm para a preservação dos recursos naturais; (vi) reconhecimento de que os órgãos gestores das UCs estão cada vez mais sucateados; (vii) que há muitas dificuldades de negociação dos produtos, que eles precisam de ajuda para conseguir melhores preços e conseqüentemente, maiores ganhos para o empreendimento de ES.

Essas observações mostram algumas limitações e os desafios que os empreendimentos estudados enfrentam. Além disso, deixam claro que manter um empreendimento dessa natureza requer muita resistência, persistência, responsabilidade e, sobretudo, vínculo com a história local. Além disso, a falta de atenção relatada, vem em encontro com o exposto por Santos *et al.* (2020), que traz todo um contexto de desmonte das políticas públicas ambientais, os autores citam o ICMbio, que passou por um processo de militarização⁵ associado ao esvaziamento das competências do órgão, além da redução orçamentária e redução da equipe.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A economia solidária emerge como uma ferramenta essencial na busca por alternativas ao desenvolvimento hegemônico, especialmente quando grupos marginalizados buscam vias alternativas para a atividade econômica, almejando reconhecimento tanto social quanto econômico. Nesse estudo, buscou-se compreender como a economia solidária pode surgir como um instrumento de administração e gestão das Unidades de Conservação (UCs). Para tanto, explorou-se projetos relacionados à

⁵ Termo utilizado para se referir a ocupação de cargos por militares e não técnicos na área.

economia solidária dentro do contexto das UCs abordadas, identificando 138 iniciativas e aplicando questionários estruturados para avaliar suas potencialidades e limitações.

As potencialidades incluíram a geração de renda, promoção da sustentabilidade, estímulo ao desenvolvimento local, inclusão da comunidade e o reconhecimento do potencial da UC para sustentar os projetos. Além disso, a ES se mostrou contributiva na resolução de conflitos sociais, ambientais e culturais. No entanto, também foram identificadas limitações, como a falta de incentivos para a continuidade dos projetos, o distanciamento ao longo dos anos do órgão gestor da UC e a dificuldade na resolução contínua de conflitos fundiários.

Este trabalho abordou uma perspectiva sobre um assunto que tem sido negligenciado ao longo dos anos: a Economia Solidária (ES) como instrumento de gestão e inserção social em determinadas áreas. Observou-se que, durante um certo período, houve esforços significativos para a consolidação desses projetos, embora tais esforços tenham enfraquecido com o tempo. É importante lembrar que os conflitos são gerados por relações sociais, e a gestão das Unidades de Conservação (UC) desempenhava um papel de mediação nesses projetos. Pesquisas adicionais que investiguem o processo de criação e a evolução desses projetos podem contribuir para aprofundar o tema estudado.

Com os projetos de ES estudados, foi possível observar que as comunidades competem com empreendimentos tradicionais de diversas formas, incluindo que os projetos não possuem o capital e ainda utilizam de forma racional os recursos, pontos que são deixados de lado pelos empreendimentos tradicionais, por isso, a importância do apoio do Poder Público na manutenção de tais iniciativas.

Outro ponto relevante a ser ressaltado, é a dificuldade em encontrar dados sobre o tema, mesmo existindo mais de 100 projetos nas UCs de Uso Sustentável, dessa forma, sugere uma criação de um banco de dados sobre o tema, haja vista sua relevância para a economia local, quanto para a manutenção dos saberes tradicionais que contribuíram para com a preservação da área protegida.

Esses resultados indicam a importância da ES como uma abordagem viável para a gestão de UCs de Uso Sustentável, mas também destacam a necessidade de superar desafios estruturais e institucionais para garantir o sucesso contínuo dessas iniciativas. A combinação de potencialidades e limitações destaca a complexidade desse campo e a

importância de políticas e estratégias bem elaboradas para aprimorar o papel da economia solidária na gestão de UCs.

REFERÊNCIAS

ANAYA, Helmer Fernando Llenez; RODRÍGUEZ, Claudia Patricia Sacristán. Desarrollo territorial y economía solidaria: análisis desde el concepto de desarrollo, el medio ambiente y la incorporación de las comunidades en una estrategia de desarrollo territorial. **Revista Tendências**, [online], v. 1, n. 22, p. 254-278, set. 2021.

ASSIS, Pâmela Camila; FARIA, Karla Maria Silva; BAYER, Maximiliano. Unidades de Conservação e sua efetividade na proteção dos recursos hídricos na Bacia do Rio Araguaia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 34, n. 1, p. 1-13, 20 dez. 2021. EDUFU - Editora da Universidade Federal de Uberlândia. DOI: <http://dx.doi.org/10.14393/sn-v34-2022-60335>.

BENGOA, Cristina Carrasco. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. **Temáticas**, Campinas, v. 52, n. 26, p. 31-67, dez. 2018.

BRASIL. **Lei Nº 5.764 de 1971**. Define a Política Nacional de Cooperativismo, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá outras providências. Brasília, 16 dez. 1971.

BRASIL. **Constituição da República Federativa Brasileira (1988)**. Brasília, 05 out. 1988.

BRASIL. **Lei Nº 10.406 de 2002**. Institui o Código Civil Brasileiro. Brasília, 10 jan. 2002.

BRASIL. **Lei Nº 10.683 de 28 de maio de 2003**. Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. Brasília, 28 maio 2003.

BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim Informativo sobre o Sistema de Informação em Economia Solidária**. Brasília: Senaes, 2013. 6 p.

BRASIL. **Lei Nº 13.844**. Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios. Brasília, 18 jun. 2019.

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome**. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-productiva-urbana/economia-solidaria>. Acesso em: 12 out. 2023.

CARDOSO, Márcia Regina Gonçalves; OLIVEIRA, Guilherme Saramago de; GHELLI, Kelma Gomes Mendonça. Análise de Conteúdo: uma metodologia de pesquisa qualitativa. **Cadernos da Fucamp**, Monte Carmelo, v. 20, n. 43, p. 98-111, jun. 2021.

COSTA, Lara Moutinho da. Territorialidade e racismo ambiental: elementos para se pensar a educação ambiental crítica em unidades de conservação. **Pesquisa em Educação Ambiental**, São Carlos, v. 6, n. 1, p. 101, 25 jul. 2012.

DANA, Samy; SICSÚ, Abraham Laredo. **Estatística aplicada: Análise Exploratória de Dados**. São Paulo: Saraiva, 2012. 160 p.

DOWBOR, Ladislau. **Resgatar a Função Social da Economia: uma questão de dignidade humana**. São Paulo: Elefante, 2022. 178 p.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Catálogo dos Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil**. 2. ed. Brasília: ICMBio, 2019. 104 p.

ILO, International Labour Organization. **Migrant workers' cooperatives as a crisis response**. 2009. Disponível em: https://www.ilo.org/global/about-the-ilo/newsroom/news/WCMS_110094/lang--en/index.htm. Acesso em: 13 out. 2023.3

MMA, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. 2023. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em: 05 ago. 2023.

NANDI, Rajib. Exploring solidarities & material realities: the case of women domestic workers. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE ON SOLIDARITY ECONOMY PRACTICES OF WOMEN IN INDIA*, 1., 2017, Sonipath. **Etc**. Sonipath: Jindal Global University, 2017. v. 1, p. 1-6.

POMPEU, Gina Vidal Marcilio; HOLANDA, Marcus Mauricius; SANTOS, Ivanna Pequeno dos. Economia solidária sob a ótica das capacidades humanas de Martha Nussbaum. **Sequência: Estudos Jurídicos e Políticos**, Florianópolis, v. 42, n. 88, p. 1-32, 8 dez. 2021.

SAHA, Atrayee; KASI, Eswarappa. Mapping Self-Help Groups (SHGs) as alternatives to capitalist development: an ethnographic enquiry from India. **Sustainability Science**, Barcelona, v. 17, n. 4, p. 1263-1271, 24 jun. 2022. Springer Science and Business Media LLC. <http://dx.doi.org/10.1007/s11625-022-01171-6>.

SANTOS, Anderlany Aragão dos; MENEZES, Marcela; LEITE, Acácio Zuniga; SAUER, Sérgio. Ameaças, fragilização e desmonte de políticas e instituições

indigenistas, quilombolas e ambientais no Brasil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 3, p. 669-698, 1 out. 2021.

SCHOLZ, Trebor. **Cooperativismo de Plataforma**. São Paulo: Elefante, 2016. 98 p. Tradução de Rafael Zanatta.

SILVA, Sandro Pereira. Crise de Paradigma? A Política Nacional de Economia Solidária no PPA 2016-2019. **Mercado de Trabalho**, Brasília, v. 1, n. 64, p. 163-174, abr. 2018.

SILVA, Leonardo Mello; ESTANQUE, Elísio; COSTA, Hermes Augusto. Presentation to the Dossier: political repertoires in transnational labor struggles and new forms of global labor governance. **Tempo Social**, São Paulo, v. 33, n. 2, p. 05-14, 16 ago. 2021.

SILVEIRA-JUNIOR, Wanderley Jorge da *et al.* Conservation conflicts and their drivers in different protected area management groups: a case study in Brazil. **Biodiversity and Conservation**, [S.L.], v. 30, n. 14, p. 4297-4315, 19 out. 2021. <http://dx.doi.org/10.1007/s10531-021-02308-2>.

YOSHIDA, Consuelo Yatsuda Moromizato; PENNA, Maria Cristina Vitoriano Martines. A importância das Comunidades Tradicionais para a proteção e preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural. **Revista Direito UFMS**, Campo Grande, v. 7, n. 1, p. 71-91, jun. 2021.

3. Capítulo 3: PROPOSIÇÃO E INEDITISMO: a Economia Solidária e as Unidades de Conservação de Proteção Integral

A Economia Solidária como instrumento de gestão participativa em Unidades de Conservação de Proteção Integral: uma possibilidade?

RESUMO

O mundo começa a sentir cada vez mais os efeitos hostis das mudanças climáticas na terra, mudanças nos padrões de consumo e de produção tornam-se cada vez mais urgentes, além disso, são necessárias a formulação e a aplicação de políticas públicas que desempenhem um papel de conservação dos recursos naturais. Nesse contexto, tem-se as Unidades de Conservação (UCs), uma das principais estratégias de conservação dos recursos naturais, mas que enfrentam desafios de gestão. Diante disso, a pesquisa propõe a aplicação da Economia Solidária como ferramenta de gestão para mitigar conflitos existentes dentro das UCs de Proteção Integral. O estudo concentrou-se nos Parques Nacionais inseridos no Bioma Mata Atlântica, totalizando 26 unidades de conservação analisadas. A metodologia adotada envolveu a utilização da análise discriminante e análise de conteúdo, fundamentadas em dados obtidos por meio de um questionário semiestruturado aplicado à equipe responsável pelos parques estudados. Ao todo, 16 das UCs estudadas responderam ao questionário. Como resultados tem-se que existe a intenção de aplicar a Economia Solidária em tais áreas, que todas possuem conflitos e que os conflitos mais comuns são os conflitos fundiários. Conclui-se que, apesar de haver necessidade de outros estudos sobre o tema, a Economia Solidária é uma possibilidade nas UCs de Proteção Integral, desde que haja subsídios para sua efetiva aplicação no contexto proposto.

Palavras-chave: Áreas Protegidas. Parques Nacionais. Mata Atlântica. Preservação. Conservação.

ABSTRACT

The world is beginning to feel the hostile effects of climate change on the earth more and more, and changes in consumption and production patterns are becoming increasingly urgent. In addition, public policies that play a role in conserving natural resources need to be formulated and implemented. In this context, Conservation Units (CUs) are one of the main strategies for conserving natural resources, but they face management challenges. In view of this, the research proposes the application of the Solidarity Economy as a management tool to mitigate existing conflicts within Integral Protection Conservation Units. The study focused on National Parks in the Atlantic Forest Biome, with a total of 26 conservation units analyzed. The methodology adopted involved the use of discriminant analysis and content analysis, based on data obtained through a semi-structured questionnaire applied to the team responsible for the parks studied. In all, 16 of the PAs studied responded to the questionnaire. The results show that there is an intention to apply the Solidarity Economy in these areas, that they all have conflicts and that the most common conflicts are land conflicts. The conclusion is that, although there is a need for further studies on the subject, the Solidarity Economy is a possibility in Integral Protection Conservation Units, as long as there are subsidies for its effective application in the proposed context.

Keywords: Protected Areas. National Parks. Atlantic Forest. Preservation. Conservation.

INTRODUÇÃO

A preservação ambiental e o desenvolvimento socioeconômico sustentável são desafios intrinsecamente interligados no panorama contemporâneo. À medida que a humanidade busca maneiras inovadoras de conciliar a conservação dos ecossistemas naturais com o bem-estar das comunidades que habitam essas regiões, emerge a necessidade de explorar alternativas econômicas que promovam a sinergia entre a preservação ambiental e o progresso social. As mudanças climáticas já sofridas, associada a perspectiva de um ambiente cada vez mais hostil, mostra que a humanidade não atingiu a sinergia necessária e, ao mesmo tempo, pouco se fala sobre a mudança efetiva dos padrões de consumo e de produção da atualidade (Amani-Male; Feizabadi; Norouzi, 2024; Bento *et al.*, 2024).

As alterações climáticas são tão sérias que já se estuda como essas mudanças provocam o agravamento de doenças respiratórias (Alves *et al.*, 2023), como inferem diretamente na produção de alimentos (Tanure; Domingues; Magalhães, 2024), como a qualidade da água vem diminuindo (Moreira *et al.*, 2023) ou como essas alterações têm sido responsáveis pelo aumento da frequência e gravidade de eventos extremos (Gantus-Oliveira, 2023). Como as Unidades de Conservação da Natureza (UCs) são uma das principais estratégias de conservação e preservação, é importante pensar em métodos que minimizem os efeitos dos conflitos existentes nestas áreas para que estas possam atingir seus objetivos de conservação e, conseqüentemente, auxiliar na mitigação e adaptação às mudanças climáticas.

Dessa forma, a interseção entre a conservação/ preservação ambiental e a promoção do desenvolvimento sustentável é uma prioridade. O desafio consiste em encontrar abordagens inovadoras que não apenas resguardem os ecossistemas naturais, mas também proporcionem às comunidades que coexistem com áreas protegidas⁶ uma via para a prosperidade e autossuficiência. Isso porque, existe uma forte correlação entre

⁶ Aqui, utiliza-se a nomenclatura de Áreas Protegidas como sinônimo de Unidades de Conservação da Natureza, haja vista que esse é o termo utilizado internacionalmente. Mesmo que no Brasil, seja comum, considerar também como área protegida as Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanente, além das Unidades de Conservação da Natureza.

os efeitos das mudanças climáticas sobre o aumento da vulnerabilidade social, conforme aponta o estudo conduzido por Bento *et al.* (2024).

Nesse contexto, o presente trabalho propõe investigar como a Economia Solidária pode se tornar um instrumento estratégico de gestão participativa em Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral, delineando um caminho viável para a coexistência harmoniosa entre a preservação ambiental e o progresso socioeconômico. Esse exame específico será direcionado aos Parques Nacionais inseridos no Bioma Mata Atlântica.

A Mata Atlântica, com sua riqueza em biodiversidade, desempenha um papel vital na manutenção do equilíbrio ambiental do planeta, além de que, é um dos biomas mais ameaçados pelo desmatamento (Branco *et al.*, 2021). Assim sendo, a proteção integral dessas áreas muitas vezes impõe desafios significativos ao Poder Público e também às comunidades locais que ali vivem, enfrentando restrições nas atividades tradicionais. Neste cenário, a Economia Solidária surge como uma alternativa promissora, particularmente relevante quando observamos o sucesso já alcançado em Unidades de Conservação de Uso Sustentável (Carvalho; Carvalho; Gama, 2019; Teixeira; Moreira; Silva, 2019; ICMBio, 2018). O desafio é estender esse êxito para as áreas de Proteção Integral, onde as limitações são mais rigorosas.

A Economia Solidária, com seu enfoque colaborativo e centrado nas pessoas, não apenas busca garantir a subsistência econômica das comunidades, mas também promove a justiça social, a equidade e a inclusão (França-Filho; Rigo; Souza, 2020; Gaiger, 2021). No contexto das Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral, a aplicação da Economia Solidária pode ser encarada como um instrumento de gestão capaz de transformar desafios em oportunidades. A cogestão entre as comunidades locais, órgãos ambientais e demais partes interessadas torna-se imperativa para criar um ambiente propício ao desenvolvimento econômico sustentável.

De acordo com França-Filho, Rigo e Souza (2020), a Economia Solidária tem essa característica de promover uma reconciliação, sobretudo, social e econômica, ao trazer a discussão para a Unidades de Conservação. Destaca-se que não convém falar de proteção ambiental onde o estado é ausente e onde as pessoas dependem de tais recursos para sua sobrevivência e subsistência.

Para Gaiger (2021) a Economia Solidária se construiu se contrapondo à primazia de intercâmbio, colocando em seu lugar o princípio da reciprocidade, instituindo novos processos e padrões de produção e circulação. Então, deu origem a um novo mercado e é justamente por isso, que aqui se propõe a mesma como um mecanismo de gestão, por acreditar que é necessário preservar os recursos ambientais, mas também, preservar os vínculos que as comunidades possuem com tais recursos, o que não significa abrir portas para pessoas externas ao território, pois essas, podem ser uma ameaça significativa.

Ao adotar a Economia Solidária como estratégia de gestão, pretende-se explorar como as comunidades ao redor dessas UCs de proteção integral podem se envolver em atividades econômicas colaborativas, como cooperativas de produção, comércio justo e turismo sustentável. Além disso, a implementação efetiva dessa abordagem exige uma análise aprofundada dos impactos socioeconômicos das restrições ambientais, buscando soluções inovadoras que respeitem a legislação vigente.

Este estudo não apenas aspira descrever a situação atual, mas também vislumbrar um horizonte futuro onde a Economia Solidária atue como uma alavanca para a gestão sustentável das Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral na Mata Atlântica, que posteriormente podem ser estendidas a outros biomas brasileiros. As lições aprendidas com as experiências bem-sucedidas em Unidades de Uso Sustentável oferecem percepções valiosas para a formulação de estratégias específicas, considerando as peculiaridades e desafios inerentes a cada localidade (ICMBio, 2018; Guarido; Meirelles; Caldenhof, 2021). Ao final, busca-se não apenas a preservação eficaz do Bioma, mas também a construção de comunidades resilientes e prósperas, unindo esforços em prol da conservação ambiental e do desenvolvimento humano.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para identificar como a Economia Solidária pode ser desenvolvida em UCs de Proteção Integral como ferramenta de Gestão Participativa para comunidades do entorno e interior, estudou-se todos os Parques Nacionais, existentes dentro do Bioma Mata Atlântica.

A escolha dos Parques Nacionais se deu por se tratar de áreas extensas e marcadas por relações conflituosas, além de que, tais áreas possuem diversos problemas fundiários e desafios no cumprimento dos objetivos de criação. Já a escolha do Bioma Mata Atlântica se deu pela importância socioambiental, haja vista que as florestas e os ecossistemas que compõem o referido bioma são responsáveis pela produção, regulação e abastecimento de água. Além de influírem diretamente no equilíbrio climático, sua importância é tamanha para a sociedade brasileira que o mesmo é protegido por lei específica, conhecida como a Lei da Mata Atlântica, através da Lei nº11.428 de 2006 e regulamentada pelo Decreto nº6.660 de 2008 (Brasil, 2006; Brasil, 2008). Além disso, a Mata Atlântica é o bioma que mais possui Parques Nacionais dentro do território Brasileiro (MMA, 2023).

Dessa forma, foram estudados 26 Parques Nacionais, sendo: Parque Nacional do Itatiaia; Parque Nacional do Iguaçu; Parque Nacional do Caparaó; Parque Nacional da Serra da Bocaina; Parque Nacional da Tijuca; Parque Nacional de Aparados da Serra; Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha; Parque Nacional do Superagui; Parque Nacional da Serra Geral; Parque Nacional de Ilha Grande; Parque Nacional Restinga de Jurubatiba; Parque Nacional do Monte Pascoal; Parque Nacional de Saint-Hilaire/Lange; Parque Nacional da Serra do Itajaí; Parque Nacional da Serra de Itabaiana; Parque Nacional das Araucárias; Parque Nacional dos Campos Gerais; Parque Nacional da Serra Dos Órgãos; Parque Nacional da Serra das Lontras; Parque Nacional de Boa Nova; Parque Nacional do Alto Cariri; Parque Nacional Pau Brasil; Parque Nacional do Descobrimento; Parque Nacional da Serra do Gandarela; Parque Nacional Guaricana; e Parque Nacional de São Joaquim.

Essencialmente, utilizou-se a metodologia da Análise Discriminante de acordo com as orientações de Fávero *et al.* (2008) e Mingoti (2005), onde, antes dos questionamentos, os/as entrevistados ou entrevistadas são apresentados ao conceito de Economia Solidária. Com isso, cada um respondeu em uma escala de 1 a 20, qual é a intenção de utilizar a Economia Solidária. Dessa forma, antes de questionar aos entrevistados a intenção de se aplicar a Economia Solidária como um instrumento de gestão, apresentou-se a eles algumas hipóteses da aplicação da ferramenta que não ferissem o SNUC, a saber: “as comunidades podem, por exemplo, utilizar das

potencialidades do turismo (artesanato que não utilize os recursos da UC) ou até mesmo de suas fraquezas (criação de empreendimentos de coleta seletiva, por exemplo) ”.

O critério utilizado para a mensuração da escala foi: superior a 14 - grande chance de a Economia Solidária ser desenvolvida na UC; de 7 a 13 - chance moderada, de 1 a 6 - chance baixa. Depois da abordagem e do questionamento da intenção em se utilizar a Economia Solidária, foram feitas as seguintes perguntas: (i). A UC possui conflitos (ambientais, sociais e fundiários⁷)? Qual é o mais frequente? (ii). O turismo é desenvolvido pela comunidade local (nascida no local)? É esperado o aumento das atividades turísticas nos próximos 10 anos? (iii). Houve regularização fundiária? (iv). Há mecanismos de participação social? Quais? A comunidade externa (sem vínculo pré-existente com o local) se interessa pelos processos decisórios? A comunidade tem o hábito de tirar dúvidas junto à gestão do Parque? (v). Existem pessoas no interior e no exterior do Parque que sobrevivem dos recursos turísticos/culturais da UC? (vi). Há comunidades externas (sem vínculo pré-existente com o local) que utilizam os recursos naturais da UC? A comunidade que tem vínculo com o local (nascida no local) utiliza os recursos naturais da UC para subsistência? (vii) O turismo é desenvolvido pela comunidade que tem vínculo com o local? É esperado o aumento das atividades turísticas nos próximos 10 anos? Toda essa etapa foi feita através de um questionário estruturado (Marconi; Lakatos, 2003). Os sujeitos da pesquisa são pessoas vinculadas aos Parques Nacionais, como gestores ou analistas ambientais.

O questionário foi enviado por *e-mail* para cada um dos Parques estudados, o e-mail utilizado foi o disponibilizado pelo ICMBio, através dos sítios eletrônicos. O questionário foi criado utilizando a plataforma *Google Forms* e os respondentes puderam responder online, recebendo uma cópia das respostas.

Com a junção das variáveis quantitativas (obtidas na escala) e das variáveis qualitativas, foi possível conhecer quais variáveis estão mais associadas (discriminadas) com a intenção de aplicar a economia solidária no território. Além disso, com os dados coletados, partiu-se para a Análise de Conteúdo, apropriando-se de toda informação científica encontrada sobre o tema e corroborando os resultados aqui identificados com outros estudos e trazendo conexões. De acordo com Cardoso, Oliveira e Ghelli (2021), a

⁷ Os conflitos foram assim separados pois a literatura pertinente ao tema aponta tais diferenças.

análise de conteúdo tem como cerne a busca pelo sentido dos dados coletados. De forma a tornar a leitura dos resultados mais clara, utilizou tabelas, gráficos e mapas mentais, utilizando as ferramentas *Microsoft Excel*® e *Canva*®.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os 26 Parques Nacionais aqui estudados representam 0,91% de todas as Unidades de Conservação presentes dentro do território nacional, correspondendo a 871 hectares de área protegida. Dos 26 parques, 21 possuem Conselho Gestor e 14 possuem plano de manejo. O estado que mais possui a categoria e bioma estudados é a Bahia e existem 6 Parques estudados que abrangem mais de uma Unidade Federativa (Tabela 1).

Tabela 1- Parques Nacionais (Parnas) federais informações gerais - Bioma Mata Atlântica.

UF	Quantidade	Área total (ha)	Possui Plano de Manejo	Não possui Plano de Manejo	Possui Conselho Gestor	Não possui Conselho Gestor
<i>Parnas Mata Atlântica que abrangem mais de um estado</i>						
BA	6	106.746	1	5	4	2
PR	5	298.226	3	2	4	1
RJ	3	38.899	3	-	3	-
SC	3	119.400	2	1	3	-
MG	1	31.271	-	1	1	-
SE	1	8.025	-	1	-	1
PE	1	10.933	-	1	1	-
<i>Parnas Mata Atlântica que abrangem mais de um estado</i>						
RS/ SC	2	30.450	2	-	2	-
ES/MG	1	31.763	1	-	1	-
MG/RJ	1	28.086	-	1	1	-

RJ/ SP	1	106.566	1	-	1	-
MS/PR	1	76.138	1	-	-	1
TOTAL	26	871.886	14	12	21	5

Fonte: Adaptado de CNUC, 2024.

Ao propor-se a Economia Solidária como um instrumento de gestão de Unidades de Conservação da Natureza de Proteção Integral, sugeriu-se uma abordagem na qual imaginou-se uma gestão que promovesse o desenvolvimento, mas não o desenvolvimento tradicional e sim, aquele que vai além das necessidades básicas da comunidade, pensando no bem-estar associado à conservação dos recursos naturais. Essa perspectiva baseia-se no proposto por Sen (2010) e Dowbor (2022), onde novas formas de desenvolvimento são propostas, trazendo o fortalecimento de territórios, recursos e pessoas.

A proposta fora pensada pois a economia solidária tem como eixo central a solidariedade, a sustentabilidade e a inclusão dentro de um sistema de produção de bens e serviços, sem se esquecer das limitações impostas às UCs de Proteção integral através do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC (Brasil, 2000).

- A Economia Solidária como Ferramenta de Gestão. Como a Identificação dos Conflitos, a Relação da Participação Social e do Turismo podem auxiliar?

Com relação ao questionário aplicado, a questão norteadora sobre a intenção dos Parques em aplicar a economia solidária sabendo que esta pode ser utilizada como uma ferramenta na redução e gestão de conflitos socioambientais, trouxe a maior ocorrência da *chance moderada* de aplicação, que foi superior à *chance alta* de aplicação e houve apenas dois que apresentaram *chance baixa* de aplicação (Tabela 2). Ao todo, dos 26 Parques estudados, 16 responderam ao questionário (após 9 tentativas via *e-mail* e 21 contatos via telefone).

Tabela 2 - Intenção de aplicação da Economia Solidária através de escala numeral.

ESCALA

QUANTIDADE DE OCORRÊNCIAS

Superior à 14 *	5
De 7 a 13 **	9
De 1 a 6 ***	2

*Considerado “chance alta”.

**Considerado “chance moderada”.

***Considerado “chance baixa”.

Tem-se que a intenção de aplicar a ferramenta da Economia Solidária em UCs de Proteção Integral é uma realidade, pois resultados demonstraram que os gestores estão dispostos a aderir a ferramentas que sejam capazes de mitigar os conflitos socioambientais comuns nessas áreas. De forma geral, o conflito diz respeito às relações de disputa. No caso dos conflitos socioambientais, tais disputas estão associadas aos recursos naturais. Dentro da ecologia social, a sustentabilidade só é de fato efetiva quando os costumes, os conhecimentos e as partilhas das comunidades tradicionais são considerados e aprimorados pelo conhecimento e práticas técnico-científicas (Figueiredo; Sawaia, 2020), situação que dialoga com o eixo central da Economia Solidária.

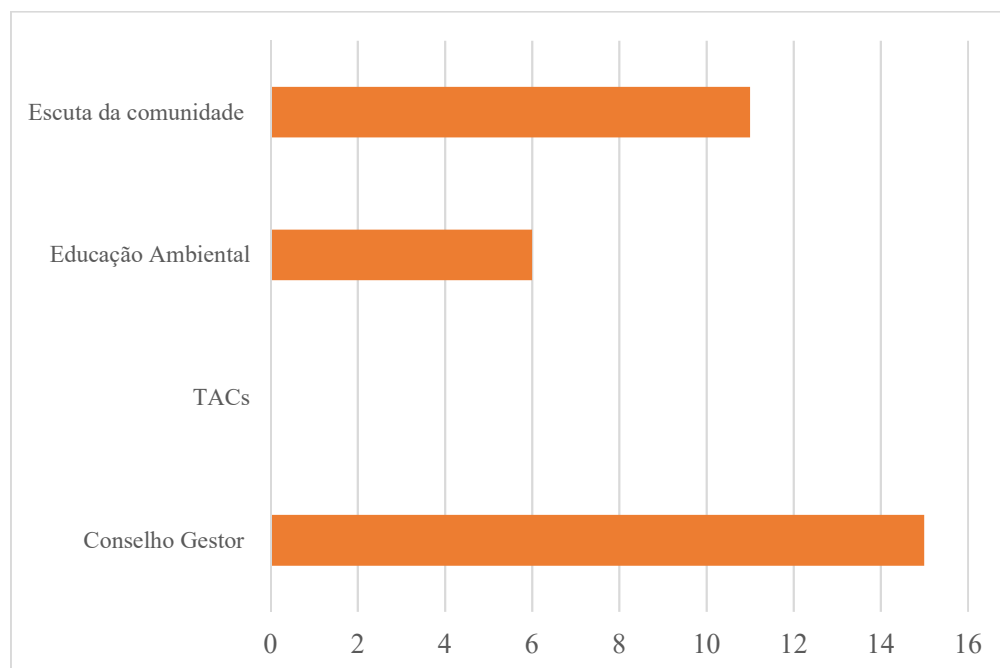
Um estudo mapeou os trabalhos publicados sobre conflitos socioambientais em UCs e o resultado apontou a maior ocorrência de conflitos na Mata Atlântica e em UCs de Proteção Integral (especialmente na categoria Parques Nacionais) (Pereira; Silveira-Júnior, 2023). Os resultados aqui encontrados corroboram com o estudo supracitado, uma vez que, todos os respondentes (16) apontaram para a existência de conflitos nos Parques Nacionais da Mata Atlântica, ou seja, independente da região e das características locais, tais áreas enfrentam problemas relacionados à gestão de conflitos. Sendo que, os conflitos mais comuns são os conflitos fundiários, onde 50% das respostas apontaram este como sendo o mais frequente. Tais dados não só dialogam com a literatura sobre o tema, como também evidenciam que os conflitos são problemas reais e persistentes nas UCs e que a adoção de novas estratégias de mitigação dos mesmos é essencial para que essas áreas sejam efetivas e atinjam os objetivos de criação.

Pensar que os Parques Nacionais ainda não conseguiram gerir os conflitos existentes em seus territórios, mesmo após quase 9 décadas da instituição do primeiro parque no Brasil (Andrade *et al.*, 2023), mostra a importância do tema e a relevância de se pensar novas alternativas para a resolução dessas relações problemáticas.

Alves e Resende (2020), pontuam que o método de gestão de conflitos deve ser escolhido não somente para resolver a questão em litígio, mas deve abordar uma compreensão dos envolvidos em relação aos seus impactos e condutas, somente assim, resultará em uma verdadeira gestão do conflito e um efetivo equilíbrio ambiental. Carvalho e Vasco (2022) trazem que firmar um termo de compromisso entre a UC e a comunidade tradicional tem ressignificado os conflitos com os pescadores em uma UC de Proteção Integral no Rio Grande do Sul, o que corrobora a proposta deste trabalho, que propõe a Economia Solidária como uma ferramenta de gestão dos conflitos e para além disso, como um mecanismo de participação social, tendo em vista que as comunidades serão diretamente envolvidas na proteção da área, de forma organizada e com limites previamente estabelecidos entre as partes.

Os mecanismos de participação social utilizados nas UCs estudadas, de acordo com as respostas obtidas nos questionários aplicados, giram em torno de duas ferramentas: o Conselho Gestor e a escuta da comunidade. De certa forma, uma complementa a outra, uma vez que o principal objetivo é promover a escuta da comunidade (Figura 1). Termos de Ajustamento de Conduta (TACs), que são acordos firmados na justiça e que muitas vezes resultam em ações coletivas não teve nenhuma ocorrência.

Figura 1- Mecanismos de participação social utilizados nas UCs estudadas.



Encontrar-se como resultado que o principal mecanismo de participação social é o Conselho Gestor não é um cenário ideal, tendo em vista que tal premissa já é obrigatória por lei, sem acrescentar nenhuma outra estratégia que se adapte à realidade local.

Ainda, com relação aos mecanismos de participação social, a educação ambiental é uma ferramenta que tende a contribuir na gestão participativa, haja vista que a mesma constrói o sentimento de pertencimento ao local e fortalece a responsabilidade pela proteção do mesmo.

No entanto, mesmo sendo de importância é pouco utilizada pelos parques estudados, tendo-se uma ocorrência bem menor que a escuta da comunidade, por exemplo. Como pretende-se falar de proteção do ambiente sem trabalhar a Educação Ambiental contínua? Essa ocorrência maior da escuta da comunidade sem este trabalho é um pouco curiosa, pois a Educação Ambiental poderia (ou deveria) ser bem utilizada no processo de escuta da comunidade. Para Cruz e Sola (2017), a utilização da educação ambiental nessas áreas vai muito além do cumprimento de duas leis fundamentais ao tema (Sistema Nacional de Unidades de Conservação e Política Nacional de Educação Ambiental), mas trazem à tona o verdadeiro sentido da criação das UCs.

Ainda sobre a participação social, as respostas obtidas apontam que mais de 80% da comunidade fora do Conselho Gestor tem interesse em participar dos processos decisórios dos parques, ao mesmo tempo em que 15 dos 16 respondentes apontam que a comunidade não possui o hábito de tirar dúvidas junto aos gestores.

Quando questionados sobre a comunidade local sobreviver ou não dos recursos da UC, a maioria (11) respondeu que sim, o que se relaciona com um questionamento posterior, que perguntava se o turismo era desenvolvido por comunidades do interior e grande parte respondeu positivamente (10) Entretanto, 6 responderam que o turismo é desenvolvido por quem não possui vínculo com o local, o que de certa forma preocupa, haja vista que isso mostra que novos conflitos podem surgir, e desta vez, mais preocupantes, partindo-se do princípio que aquele que não possui vínculo com o local, tem mais dificuldades em contribuir para com a preservação ambiental.

Todos os Parques Nacionais estudados preveem o crescimento do turismo nos próximos 10 anos. Nesse sentido, tem-se duas vertentes, a primeira diz respeito à tendência de concessionar as UCs no Brasil e a segunda é, justamente, o tema desse trabalho, afinal porque não se apropriar desse crescimento para gestão de conflitos? Por que não trabalhar o turismo junto às comunidades locais através da Economia Solidária?

Silva e Raimundo (2021) apontam que a tendência crescente de concessão de UCs é consequência de um contexto geral de sucateamento dos serviços públicos, bem como, da negligência e falta de investimentos nas atividades de gestão, administração, preservação e conservação das UCs no Brasil. Já Brumatti e Rozendo (2021), identificam que na aplicação do turismo em UCs ocorre a prevalência da racionalidade econômica, tendo-se grandes dificuldades em considerar os valores socioculturais na gestão, o que para os autores, poderia ser utilizado como um fator de resolução dos conflitos fundiários e sociais, que ocorreram desde a implementação dessas áreas. Ainda conforme os autores, há a necessidade de políticas públicas capazes de integrar o turismo à diversidade sociocultural. Aqui, propõe-se a Economia Solidária como estratégia.

Matheus e Raimundo (2017) trazem que a concessão pode até ser uma boa alternativa, principalmente no que diz respeito ao oferecimento de estruturas que talvez a comunidade não tenha condições de oferecer, como, por exemplo, hospedagem e aluguel de equipamentos.

Mas os autores ressaltam que a concessão não é a única opção e que, caso seja a estratégia admitida, a gestão precisa encontrar formas de envolvimento efetivo das populações locais e não apenas criar regulamentos que não podem ser postos em prática. Ainda, Almeida *et al.* (2022) reforçam sobre as alternativas que criam possibilidades de associar o desenvolvimento econômico da comunidade e a gestão efetiva das UCs, e estas se tornam cada vez mais importantes. Para os autores, o grande desafio do turismo nessas áreas é a falta de investimentos públicos.

Sobre a questão fundiária, o SNUC determina que as áreas ocupadas antes da instituição de uma UC devem ser desocupadas por meio de aquisição das propriedades, a qual deve ser feita pelo órgão responsável.

Entretanto, o Brasil enfrenta uma série de problemas fundiários em UCs, uma vez que, muitas das vezes, as propriedades não possuem documentação que comprove de fato a posse. A regularização fundiária, é um sério problema, não somente pela falta de documentação que permita a compra, mas também, pela falta de investimentos na área e o vínculo afetivo que os moradores possuem com o local. Esse vínculo, muitas vezes, impede o reconhecimento dos benefícios da UC, transformando-a em uma espécie de adversário iminente.

Por isso, Rocha, Drummond e Ganem (2010) enfatizam a necessidade de o poder público abordar o tema com seriedade, propondo a implementação de um "Programa de

Regularização Fundiária de UCs" com metodologias, metas e prazos bem definidos. Na mesma linha, Andrade *et al.* (2023) propõe que para solução dos problemas fundiários em UCs sejam utilizadas abordagens judiciais, associadas a vivências de educação ambiental.

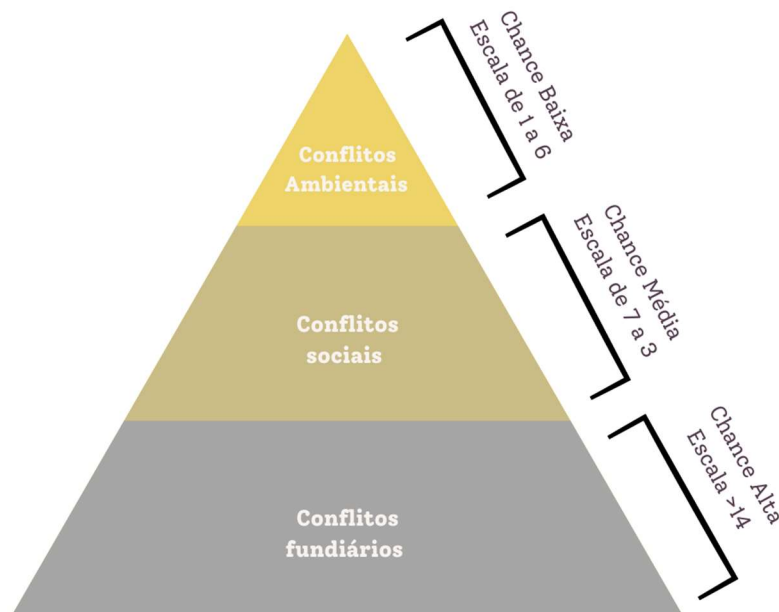
Nesta pesquisa, encontrou-se que nenhum dos Parques Nacionais estudados realizou a regularização fundiária. A criação de um Parque Nacional implica, por definição, em uma restrição substancial das atividades produtivas possíveis de serem realizadas em uma determinada área.

Uma UC dessa categoria, na maioria das vezes, exclui qualquer tipo de atividade produtiva dentro de seus limites e impõe limitações às atividades produtivas nas áreas circunvizinhas (zonas de amortecimento). A única exceção possível é o ecoturismo ou turismo de natureza, desde que conduzido por meio de concessão e em conformidade com o plano de manejo da unidade.

Portanto, a carência de regularização fundiária também fragiliza os produtores, proprietários e residentes locais. Em muitos casos, nos quais não foram devidamente compensados, esses indivíduos se veem praticamente impossibilitados de explorar economicamente a terra e outros recursos disponíveis. Por outro lado, a não resolução do problema fundiário frequentemente acarreta sérios desafios para a conservação da área, pois proprietários não indenizados tendem a depreciar o valor dos recursos naturais que motivaram a criação da UC e passam a explorá-los de maneira desordenada, haja vista que o problema fundiário é complexo e envolve ocupações contínuas e crescentes (Iwama; Lima; Pellin, 2014).

A análise discriminante teve como objetivo observar quais conflitos se associam mais à maior ou menor intenção de aplicar a economia solidária nos territórios estudados. Encontrou-se que os conflitos fundiários são os que mais se associam à maior intenção de aplicação da Economia Solidária, enquanto que, os conflitos ambientais são os que mais se associam à menor intenção. Na intenção média, teve-se a maior ocorrência dos conflitos ambientais (Figura 2).

Figura 2 - Análise discriminante (Intenção de aplicação da Economia Solidária x conflitos mais recorrentes).



O contexto como um todo, aponta a diversidade de conflitos existentes nos parques estudados, bem como, fortalece a necessidade de aplicar novas ferramentas para mitigação destes conflitos. Além disso, observa-se que os gestores estão interessados em ferramentas que possam contribuir para a gestão, bem como, incluir a comunidade local neste processo.

Um ponto positivo a ser destacado é a perspectiva dos gestores de encararem a economia solidária como uma ferramenta eficaz na resolução dos conflitos fundiários. No entanto, é importante ressaltar que, embora tenham sido registrados conflitos fundiários nos parques estudados, o que não foi registrado na pesquisa é a efetiva resolução desses conflitos. Esta lacuna na documentação dos resultados pode ser interpretada como uma área de oportunidade para pesquisas futuras, visando compreender melhor o papel da economia solidária na mitigação e resolução de conflitos fundiários em contextos específicos como os parques estudados. Essa abordagem demonstra uma visão progressista e inovadora, reconhecendo a importância de abordagens colaborativas e inclusivas na gestão de territórios, especialmente em um contexto como o brasileiro, marcado por históricos problemas relacionados à regularização fundiária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa proporcionou uma análise sobre a aplicação da Economia Solidária como instrumento de gestão participativa em Parques Nacionais, revelando

importantes perspectivas que podem orientar políticas e práticas futuras. Os resultados demonstram uma alta intenção por parte das comunidades locais em adotar a Economia Solidária como uma abordagem que promove a participação ativa e inclusiva na gestão dessas áreas protegidas.

Com o contexto de relações conflituosas que está intrinsecamente ligada às UCs no Brasil, pensar em novas alternativas para gestão dessas áreas e dos conflitos, se torna essencial para que cumpram de forma efetiva a conservação dos recursos naturais que as compõem. Nesse sentido, o presente trabalho trouxe a possibilidade de aplicar a Economia Solidária nessas áreas, algo ainda não proposto na literatura pertinente.

A Economia Solidária já é uma ferramenta utilizada em UCs de Uso Sustentável, que apesar de possuírem limitações de uso mais brandas, possuem um mesmo cenário, sobretudo no que diz respeito à ocupação de comunidades tradicionais.

Contudo, um achado significativo foi a carência de ferramentas eficazes de participação social nos Parques Nacionais estudados, revelando a necessidade premente de desenvolvimento e implementação de estratégias que permitam a expressão democrática e inclusiva das diferentes vozes presentes nas comunidades locais.

O cenário prospectivo do turismo nos próximos 10 anos surge como um fator determinante, com a expectativa geral de um aumento significativo da atividade turística nas áreas dos Parques Nacionais. Esse crescimento impõe desafios e oportunidades, reforçando a importância de práticas de gestão participativa que incorporem os princípios da Economia Solidária.

É crucial destacar que todos os Parques Nacionais investigados enfrentam conflitos, sendo os conflitos fundiários os mais predominantes. Esta constatação ressalta a complexidade das relações territoriais e a urgência de estratégias que abordem esses impasses, considerando a importância da preservação ambiental e o direito das comunidades locais.

A análise discriminante revelou uma associação significativa entre a intenção de aplicar a Economia Solidária e os conflitos fundiários. Isso sugere que, para muitas comunidades, a adoção da Economia Solidária está intrinsecamente ligada à resolução desses conflitos, principalmente por seu eixo central tratar da solidariedade, da sustentabilidade e da inclusão, reforçando a importância de abordagens integradas que considerem tanto os aspectos econômicos quanto os sociais e territoriais.

Diante disso, a presente pesquisa oferece uma base para a formulação de políticas públicas e estratégias de gestão que visem promover a Economia Solidária como ferramenta importante para a gestão participativa em Parques Nacionais. Além disso, destaca a necessidade de investimentos em instrumentos de participação social, bem como a importância de abordagens holísticas que busquem resolver os conflitos fundiários como um meio para impulsionar a adoção da Economia Solidária e promover o desenvolvimento sustentável dessas áreas protegidas.

Sugere-se a continuidade do tema em pesquisas futuras, principalmente, no que diz respeito a um maior aprofundamento da aplicação da Economia Solidária no referido contexto. Além disso, sugere-se estudos práticos, utilizando, por exemplo, a aplicação da referida ferramenta em UCs de Proteção Integral e identificando as abordagens necessárias e os desafios a serem superados.

Não obstante, para que a Economia Solidária ou qualquer outra ferramenta venha a contribuir com a gestão das áreas protegidas, é necessário políticas públicas e investimentos no setor. O poder público precisa entender a urgência do tema, sobretudo, com os impactos que as mudanças climáticas vêm causando na vida humana e, pelo caminho das políticas existentes, as UCs serão a única esperança de mitigação destas alterações.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lanna Maissa Lemos Dantas de; FONTOURA, Ana Gabriela da Cruz; VASCONCELOS, Ivan Machado de; BRITO, Daguiete Maria Chaves; HILÁRIO, Renato Richard. Current status, attractions, and obstacles for ecotourism in protected areas of Amapá, Brazil. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 25, p. 1-23, ago. 2022. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4422asoc20220006r1oa>.

ALVES, José Maria Brabo; PONTES, Roberto José Almeida de; DIAS, Monalisa Barbosa Monteiro; SILVA, Emerson Mariano da. Influenza (H1N1) e a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) no Ceará: relações com as variáveis meteorológicas. **Revista Brasileira de Meteorologia**, São José dos Campos, v. 38, p. 1-8, fev. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-77863810012>.

ALVES, André Felipe Siuves; RESENDE, Livia Jota. A relevância da mediação de conflitos socioambientais para a conscientização ambiental da sociedade contemporânea. **Medio Ambiente: desafios contemporâneos**, Limoges, v. 1, n. 7, p. 1-19, 11 maio de 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.25965/trahs.2082>.

ALVITE, Carolina Mattosinho de Carvalho; FERREIRA, Iara Vasco. Território de luta de pescadores artesanais tradicionais no Parque Nacional Da Lagoa Do Peixe. **Mares: Revista de Geografia e Etnociências**, v. 4, n. 1, p. 7-18, 3 nov. 2022.

AMANI-MALE, Omid; FEIZABADI, Yaser; NOROUZI, Ghasem. A model-based evaluation of farmers' income variability under climate change (case study: autumn crops in Iran). **Brazilian Journal Of Biology**, São Carlos, v. 84, p. 1-11, jan. 2024. <http://dx.doi.org/10.1590/1519-6984.261997>.

ANDRADE, Cleonice Aparecida dos Santos; PEREIRA, Alessandra Rezende; SALVIO, Geraldo Majela Moraes; SILVEIRA-JUNIOR, Wanderley Jorge da. Conflitos Fundiários em Unidades de Conservação: Estudo de Caso da Parte Baixa do Parque Nacional do Itatiaia. **Biodiversidade Brasileira**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-15, mar. 2023.

BENTO, José Alex do Nascimento; ARAUJO, Jair Andrade de; TABOSA, Francisco José Silva; JUSTO, Wellington Ribeiro. Impacto das mudanças climáticas sobre o nível de renda na América Latina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 62, n. 2, p. 1-20, 2024. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2022.268031>.

BRANCO, Antonia Francivan Vieira Castelo; LIMA, Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima; MEDEIROS FILHO, Esdras Soares de; COSTA, Benedita Marta Gomes; PEREIRA, Tarcisio Praciano. Avaliação da perda da biodiversidade na Mata Atlântica. **Ciência Florestal**, Santa Maria, v. 31, n. 4, p. 1885-1909, 17 nov. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.5902/1980509853310>.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 de jul.de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 03 out. 2023.

BRASIL. **Lei Federal nº 11.428**. Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências. Brasília, 22 dez. 2006.

BRASIL. **Decreto nº 6.660**. Regulamenta dispositivos da Lei no 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica. Brasília, 21 nov. 2008.

BRUMATTI, Paula Normandia Moreira; ROZENDO, Cimone. Parques Nacionais, turismo e governança. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 2119, 2 jun. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v15i3.2119>.

CARVALHO, Adenomar Neves de; CARVALHO, Telma Lélia Gonçalves Schultz de; GAMA, João Ricardo Vasconcelos. Impactos Ambientais Do Manejo Florestal Comunitário Na Floresta Nacional Do Tapajós. **Revista Agroecossistemas**, Pará, v. 11, n. 1, p. 169-182, 16 dez. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/ragros.v11i1.5714>.

CRUZ, Camila Aparecida da; SOLA, Fernanda. As Unidades de Conservação Na Perspectiva da Educação Ambiental. **Ambiente e Educação: Revista de Educação Ambiental**, Rio Grande, v. 22, n. 2, p. 208-227, jun. 2017.

DOWBOR, Ladislau. **Resgatar a Função Social da Economia: uma questão de dignidade humana**. São Paulo: Elefante, 2022. 178 p.

FÁVERO, Luiz Paulo Lopes; BELFIORE, Patrícia Prado; SILVA, Fabiana Lopes da; CHAN, Betty Lilian. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FIGUEIREDO, Eugênia Bridget Gadêlha; SAWAIA, Bader Burihan. Comunidades tradicionais e conflitos socioambientais: e a psicologia com isso? **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 20, n. 49, p. 551-563, set. 2020.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; RIGO, Ariádne Scalfoni; SOUZA, Washington José de. A reconciliação entre o econômico e o social na noção de empresa social: limites e possibilidades (no contexto brasileiro). **Organizações & Sociedade**, Bahia, v. 27, n. 94, p. 556-584, set. 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1984-9270948>.

GAIGER, Luiz Inácio Germany. A reciprocidade e a instituição plural de mercados: um prisma para entender o papel histórico da economia social e solidária. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 31, n. 1, p. 157-183, jan. 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-6351/5787>.

GANTUS-OLIVEIRA, Talita. Resilient cities and the dispute about the risk and disaster reduction agenda discourse. **Geosp**, São Paulo, v. 27, n. 3, p. 1-19, ago. 2023.

ICMBIO, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Catálogo dos Produtos da Sociobiodiversidade do Brasil**. 2. ed. Brasília: ICMBio, 2019. 104 p.

IWAMA, Allan Yu; LIMA, Fábio Bueno de; PELLIN, Angela. Questão fundiária em áreas protegidas: uma experiência no parque estadual da pedra branca (pepb), rio de janeiro, brasil. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 26, n. 1, p. 77-93, jan. 2014. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320140106>.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Cap. 4. p. 115-172; Cap. 8 p. 115-172.

MATHEUS, Fabricio Scarpeta; RAIMUNDO, Sidnei. Os resultados das políticas públicas de ecoturismo em Unidades de Conservação no Brasil e no Canadá. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 455-479, 14 set. 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v11i3.1336>.

MINGOTI, Sueli Aparecida. **Análise de dados através de métodos de estatística multivariada – uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

MMA, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. 2023. Disponível em: <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>. Acesso em: 05 ago. 2023.

MOREIRA, Virnei Silva; CANDIDO, Luiz Antonio; MOTA, Marcelo Crestani; WEBLER, Geovane; OLIVEIRA, Elisangela do Prado; ROBERTI, Débora Regina. Impacts of climate change on water fluxes and soybean growth in southern Brazil. **Revista Ciência Agrônômica**, Ceará, v. 54, p. 1-12, nov. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.5935/1806-6690.20230014>.

PEREIRA, Alessandra Rezende; SILVEIRA-JUNIOR, Wanderley Jorge. Conflitos Socioambientais em Áreas Protegidas Brasileiras: Causas, Consequências e Iniciativas de Gestão. **Biodiversidade Brasileira**, Brasília, v. 3, n. 13, p. 1-16, set. 2023.

ROCHA, Leonardo G. M. da; DRUMMOND, José Augusto; GANEM, Roseli Senna. Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.205-226, jun. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782010000200013>.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. 2. ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2010. 464 p.

SILVA, Grislayne Guedes Lopes da; RAIMUNDO, Sidnei. Modelos de concessão de serviços em Parques Nacionais brasileiros. **Turismo e Sociedade**, Curitiba, v. 14, n. 2, p. 42-61, ago. 2021.

TANURE, Tarik Marques do Prado; DOMINGUES, Edson Paulo; MAGALHÃES, Aline Souza. Regional impacts of climate change on agricultural productivity: evidence on large-scale and family farming in brazil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 62, n. 1, p. 1-26, jan. 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9479.2022.262515>.

TEIXEIRA, Thais Helena; MOREIRA, Diego Camelo; SILVA, Nathália Thais Cosmo da. Territórios, populações tradicionais e conflito: a realidade da reserva extrativista extremo norte do Tocantins, Brasil. **Sémata: Ciências Sociais e Humanidades**, Santiago de Compostela, n. 30, p. 359-376, 20 dez. 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.15304/s.30.537>.

IV. CONCLUSÕES GERAIS

No primeiro capítulo pode-se observar que a análise abrangente dos estudos já publicados na área, revela uma constante realidade de conflitos na conservação de Áreas Protegidas (APs) na América do Sul. Aprofundando essa perspectiva, é observado que, embora alguns estudos apontem o modelo de criação como o epicentro desses conflitos, a separação das comunidades da conservação dessas áreas resulta em uma diversidade de desafios multifacetados. A gestão deficitária das APs, marcada por falhas generalizadas, incluindo a preocupante existência de "Parques de Papel", sublinha a necessidade premente de uma abordagem mais holística e inclusiva na gestão dessas áreas. Além disso, a revisão sistemática e a busca manual evidenciam disparidades geográficas nos estudos, com o Brasil predominando na primeira e a Colômbia na segunda. Assim, a análise revela que a prevalência de conflitos em áreas menos restritivas destaca a importância crucial de ponderar não apenas a extensão territorial na gestão, mas também as especificidades de cada local. Essa complexidade territorial é corroborada pelos achados de Silveira-Júnior *et al.* (2021), enfatizando a necessidade de estratégias adaptativas e diferenciadas. A inserção das comunidades locais na gestão das APs emerge como uma constante nas conclusões dos estudos, sendo proposta por vários autores como uma estratégia essencial para dar voz a todos os envolvidos e alcançar uma gestão mais sustentável e eficaz. Esse chamado à participação ativa das comunidades locais sinaliza a importância de considerar a diversidade de perspectivas e interesses presentes nas áreas protegidas.

No segundo capítulo, ao considerar a Economia Solidária (ES) como uma ferramenta alternativa, destaca-se sua relevância na busca por outras opções ao desenvolvimento hegemônico, especialmente em áreas protegidas de Uso Sustentável. Os projetos de ES identificados revelam potencialidades consideráveis, tais como a geração de renda, promoção da sustentabilidade e resolução de conflitos sociais e ambientais. Entretanto, desafios estruturais, como a falta de incentivos, o distanciamento do órgão gestor e as dificuldades persistentes na resolução contínua de conflitos fundiários, destacam a necessidade de políticas e estratégias bem elaboradas que atuem em diferentes dimensões.

Já no terceiro capítulo, a aplicação da ES como instrumento de gestão participativa em Parques Nacionais apresenta resultados promissores, indicando uma alta intenção das

comunidades locais em adotar essa abordagem. A ES emerge como uma resposta viável aos conflitos fundiários predominantes e sua associação significativa com a intenção de aplicação sugere a importância de abordagens integradas que considerem aspectos econômicos, sociais e territoriais de maneira interconectada.

Concluindo, a pesquisa não apenas oferece novas perspectivas e ideias para políticas públicas e práticas futuras, mas também destaca a relevância da ES na gestão participativa em áreas protegidas. A continuidade da pesquisa é fortemente sugerida, com ênfase na aplicação prática da ES em UCs de Proteção Integral, ressaltando a necessidade de investimentos substanciais e políticas abrangentes para impulsionar essa abordagem e enfrentar os desafios ambientais. Isso se torna ainda mais premente diante do cenário prospectivo do aumento significativo da atividade turística nas próximas décadas, enfatizando a necessidade de práticas de gestão participativa que incorporem os princípios da Economia Solidária.

O entendimento urgente desse tema pelo poder público é crucial para assegurar a preservação ambiental e o direito das comunidades locais, contribuindo para um desenvolvimento sustentável e equitativo.

REFERÊNCIAS GERAIS

ABUD, Carol de Oliveira; SOUZA, Luciano Pereira de; GORISCH, Patricia Cristina Vasques de Souza. Mudança climática: uma crise previsível. **Law And Social Science**, [s. l.], v. 12, n. 1, p. 191-209, mar. 2023.

ANDRADE, Cleonice Aparecida dos Santos; PEREIRA, Alessandra Rezende; SALVIO, Geraldo Majela Moraes; SILVEIRA JUNIOR, Wanderley Jorge da. Conflitos Fundiários em Unidades de Conservação: Estudo de Caso da Parte Baixa do Parque Nacional do Itatiaia. **Biodiversidade Brasileira**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-15, mar. 2023.

BALMFORD, Andrew; GREEN, Jonathan M. H.; ANDERSON, Michael; BERESFORD, James; HUANG, Charles; NAIDOO, Robin; WALPOLE, Matt; MANICA, Andrea. Walk on the Wild Side: estimating the global magnitude of visits to protected areas. **Plos Biology**, San Francisco, v. 13, n. 2, p. 1-6, 24 fev. 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.1371/journal.pbio.1002074>.

BRASIL. **Lei Federal nº 9.985**, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII, da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 18 de jul. de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm. Acesso em: 03 out. 2021.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens: uma breve história da humanidade**. Porto Alegre: L & PM, 2015. 464 p.

IUCN, International Union for Conservation of Nature. **Protected Planet: The World Database on Protected Areas (WDPA)**, Cambridge, UK: UNEP-WCMC and IUCN. Disponível em: www.protectedplanet.net. Acesso em: 28 dez. 2023.

ROCHA, Leonardo G. M. da; DRUMMOND, José Augusto; GANEM, Roseli Senna. Parques Nacionais Brasileiros: problemas fundiários e alternativas para a sua resolução. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 18, n. 36, p.205-226, jun. 2010. <http://dx.doi.org/10.1590/s0104-44782010000200013>.

SANTOS, Sindiane Caduda dos. **Conservar o quê? Pra quem?: áreas protegidas e protagonistas da conservação**. Curitiba: Appris Ltda, 2015. 175 p.

SARMENTO, Wesley M.; READING, Richard P. Conservation presence, not socioeconomic, leads to differences in pastoralist perceived threats to argali. **Journal Of Asia-Pacific Biodiversity**, [s.l.], v. 9, n. 3, p. 263-270, set. 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.japb.2016.07.001>.

SINGER, P. Economia solidária *versus* economia capitalista. **Sociedade e Estado**, [S.l.], v. 16, n. 1-2, p.100- 112, dez. 2001. <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-69922001000100005>.

SCARAMUSSA, Larissa Marin; BORGES, Luís Antônio Coimbra; SANTOS, Alexandre Rosa dos; VIEIRA, Marlice Paes Leme; PAUTZ, Clebson; SCARAMUSSA, Marcela; SOUZA, Rayana Marcelino de. ENVIRONMENTAL VULNERABILITY OF ITABIRA NATURAL MONUMENT, ES, BRAZIL. **Revista Árvore**, Lavras, v. 47, p. 1-12, dez. 2023.

THOMPSON, John D.; MATHEVET, Raphaël; DELANOË, Olivia; GIL-FOURRIER, Chantal; BONNIN, Marie; CHEYLAN, Marc. Ecological solidarity as a conceptual tool for rethinking ecological and social interdependence in conservation policy for protected areas and their surrounding landscape. **Comptes Rendus Biologies**, [S.L.], v. 334, n. 5-6, p. 412-419, maio 2011. DOI: <http://dx.doi.org/10.1016/j.crv.2011.02.001>.

APÊNDICES

Apêndice 1- Questionário utilizado na coleta de dados do capítulo 2

PROJETO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA					
	Sim.	Sim, em parte.	Sim, na maioria das vezes.	Sim, mas na minoria das vezes.	Não.
O projeto gera renda?					
O projeto promove a sustentabilidade?					
O projeto contribui para o desenvolvimento local?					
O projeto promove a união entre os participantes?					
O projeto trouxe renda aos participantes?					
O projeto tem crescido ao longo do tempo?					
O projeto está aberto a novos participantes?					
O projeto tem ações que incluem toda a comunidade local?					

O projeto reconhece a Unidade de Conservação como uma potencialidade na atuação do projeto como um todo?					
UNIDADE DE CONSERVAÇÃO (UC) DE USO SUSTENTÁVEL					
	Sim.	Sim, em parte.	Sim, na maioria das vezes.	Sim, mas na minoria das vezes.	Não.
A UC cumpre com os objetivos para a qual foi criada?					
A UC considera o projeto na tomada de decisão?					
No Conselho Gestor da UC há membros do projeto?					
A UC conseguiu resolver conflitos de ordem econômica após a concretização do projeto?					
A UC conseguiu resolver conflitos de ordem fundiária após a concretização do projeto?					
A UC conseguiu resolver conflitos de ordem social após a concretização do projeto?					

A UC conseguiu resolver conflitos de ordem ambiental após a concretização do projeto?					
A UC conseguiu resolver conflitos de ordem cultural após a concretização do projeto?					

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar de um estudo através deste questionário que se enquadra numa investigação no âmbito de uma Tese de Doutorado do Programa de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Itajubá. Acreditamos que o estudo será importante como um instrumento de avaliação da perspectiva local no referido território.

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual. A entrevista é anônima e sigilosa. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Esta pesquisa não apresenta perigo à vida, nem à saúde dos (as) respondentes. Evitou-se qualquer pergunta de cunho pessoal, tendo apenas como foco o objetivo da pesquisa apresentada acima. Caso algum questionamento venha lhe causar ansiedade, embaraço, stress ou reativação de algum trauma, pedimos que pare imediatamente de responder, ficando à vontade para não responder mais e se retirar.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

A pesquisa tem como objetivo analisar como a Economia Solidária pode ser uma ferramenta de gestão participativa, amenização de conflitos socioambientais e fortalecimento dos objetivos de criação da área em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO

- a. Contribuição para o Conhecimento: Ao responder ao questionário, você estará contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre a interação entre Unidades de Conservação e Economia Solidária. Sua perspectiva e experiência são valiosas para o avanço da pesquisa nessa área.
- b. Conscientização Pessoal: Participar da pesquisa pode proporcionar uma oportunidade para refletir sobre sua própria relação com Unidades de Conservação e Economia Solidária, promovendo maior conscientização sobre esses temas.
- c. Desenvolvimento da Comunidade: Seus insights podem ser utilizados para identificar áreas de melhoria e desenvolvimento nas políticas relacionadas a Unidades de Conservação e Economia Solidária, contribuindo para o bem-estar da comunidade e do meio ambiente.

RISCOS POTENCIAIS:

- d. Confidencialidade: Embora faremos todos os esforços para manter suas respostas confidenciais, existe um risco mínimo de que informações pessoais possam ser comprometidas. Utilizaremos práticas seguras para minimizar esse risco.
- e. Desconforto Emocional: Alguns questionamentos podem tocar em questões sensíveis, causando desconforto emocional. Esteja ciente de que você pode pular qualquer pergunta que considere invasiva ou desconfortável.

f. Tempo e Esforço: A participação no questionário pode demandar algum tempo e esforço. Certifique-se de ter disponibilidade para responder de maneira completa, pois respostas incompletas podem limitar a utilidade da pesquisa. De forma geral, o questionário demanda de menos de 10 minutos de dedicação para ser completamente respondido.

Caso o questionário seja respondido via Google, você receberá automaticamente uma cópia das suas respostas, caso a pesquisa seja respondida por telefone, você receberá através da informação de contato fornecida. No caso das respostas via telefone, esse termo deverá ser integralmente lido à pessoa.

Após a finalização da pesquisa, os pesquisadores se comprometem a encaminhar uma cópia dos resultados finais.

O participante de pesquisa receberá a assistência integral e imediata, de forma gratuita (pelo PESQUISADOR), pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa.

Obrigada pela sua colaboração!

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações relacionadas à pesquisa. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito (a) com as respostas. Entendo que receberei uma cópia dos questionários e dos resultados enviados por e-mail e que as respostas dos questionários serão arquivadas pela pesquisadora responsável do estudo. Por fim, fui orientado (a) a respeito do que foi mencionado neste termo e compreendo a natureza e o objetivo do estudo e **manifesto meu livre consentimento em participar**, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

A pesquisadora do projeto é Letícia de Alcântara Moreira, sob orientação da Prof^ª. Dra. Daniela Rocha Teixeira Riondet- Costa.

() Concordo.

() Não concordo.

Contato da Pesquisadora: Letícia de Alcântara Moreira, Rua Engenheiro Álvares Maciel, nº510, Santa Luzia, Inconfidentes/ MG, CEP: 37.576-000. Telefone para contato: 35 998****, email para contato: leticiamoreira@unifei.edu.br.

Contato com o Comitê de Ética em Pesquisa: CEP IFSULDEMINAS, Praça Tiradentes, 416, Centro, Inconfidentes/ MG, Telefone para contato: 35 34641200, e-mail para contato: cep@ifsuldeminas.edu.br.

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) são colegiados multi e transdisciplinares que atuam em todas as instituições que realizam estudos envolvendo seres humanos no Brasil, com o propósito de resguardar os interesses, a integridade e a dignidade dos sujeitos da pesquisa.

Apêndice 2- Questionário utilizado na coleta de dados do capítulo 3

Nome da UC:	
Data:	
<p>Sabendo que a Economia Solidária é uma ferramenta que tem se mostrado eficaz na resolução de conflitos e traz mudança de perspectiva econômica de pequenos núcleos populacionais.</p> <p>Sabendo também que a mesma pode ser aplicada à UCs de Proteção Integral seguindo o disposto no SNUC, como por exemplo, as comunidades podem utilizar das potencialidades do turismo (artesanato que não utilize os recursos da UC) ou até mesmo de suas fraquezas (criação de empreendimentos de coleta seletiva, por exemplo).</p> <p>E, por fim, sabendo que a Economia Solidária pode ser utilizada como um ferramenta na redução de conflitos socioambientais, <u>responda a pergunta a seguir.</u></p>	
Pergunta norteadora	1 a 20 (quanto maior o número, maior a intenção)
Você teria a intenção em utilizar a Economia Solidária como técnica de resolução de conflitos?	
Cenário da UC	
A UC possui conflitos (ambientais, sociais e fundiários?)	() SIM () NÃO
Qual é mais frequente?	() AMBIENTAL () SOCIAL () FUNDIÁRIO

A UC possui mecanismos de participação social?	() SIM () NÃO
Quais mecanismos?	() CONSELHO GESTOR () TACs () EDUCAÇÃO AMBIENTAL () ESCUTA DA COMUNIDADE. () Outros
A comunidade local (fora do Conselho Gestor) se interessa em participar dos processos decisórios que ocorrem dentro do Parque?	() SIM () NÃO
A comunidade geral tem o hábito de tirar dúvidas sobre o Parque junto aos gestores?	() SIM () NÃO
Houve regularização fundiária?	() SIM () NÃO
Existem pessoas no entorno que sobrevivem dos recursos turísticos/culturais da UC?	() SIM () NÃO
Existem pessoas no interior que sobrevivem dos recursos turísticos/culturais da UC?	() SIM () NÃO
A comunidade que tem vínculo com o local utiliza os recursos naturais da UC para subsistência?	() SIM () NÃO
O turismo é desenvolvido pela comunidade que tem vínculo com o local?	() SIM () NÃO

Há comunidades externas (sem vínculo pré-existente com o local) que utilizam os recursos naturais da UC?	() SIM	() NÃO
O turismo é desenvolvido por comunidades externas?	() SIM	() NÃO
É esperado que as atividades turísticas sejam atenuadas nos próximos 10 anos?	() SIM	() NÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - TCLE

Você está sendo convidado (a) a participar de um estudo através deste questionário que se enquadra numa investigação no âmbito de uma Tese de Doutorado do Programa de Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Universidade Federal de Itajubá. Acreditamos que o estudo será importante como um instrumento de avaliação da perspectiva local no referido território.

Os resultados obtidos serão utilizados apenas para fins acadêmicos, sendo realçado que as respostas dos inquiridos representam apenas a sua opinião individual. A entrevista **é anônima e sigilosa**. Não existem respostas certas ou erradas. Por isso solicitamos que responda de forma espontânea e sincera a todas as questões. Esta pesquisa não apresenta perigo à vida, nem à saúde dos (as) respondentes. Evitou-se qualquer pergunta de cunho pessoal, tendo apenas como foco o objetivo da pesquisa apresentada acima. Caso algum questionamento venha lhe causar ansiedade, embaraço, stress ou reativação de algum trauma, pedimos que pare imediatamente de responder, ficando à vontade para não responder mais e se retirar.

INFORMACÕES IMPORTANTES:

A pesquisa tem como objetivo analisar como a Economia Solidária pode ser uma ferramenta de gestão participativa, amenização de conflitos socioambientais e fortalecimento dos objetivos de criação da área em Unidades de Conservação de Proteção Integral.

BENEFÍCIOS DA PARTICIPAÇÃO

- a. Contribuição para o Conhecimento: Ao responder ao questionário, você estará contribuindo para a ampliação do conhecimento sobre a interação entre Unidades de Conservação e Economia Solidária. Sua perspectiva e experiência são valiosas para o avanço da pesquisa nessa área.
- b. Conscientização Pessoal: Participar da pesquisa pode proporcionar uma oportunidade para refletir sobre sua própria relação com Unidades de Conservação e Economia Solidária, promovendo maior conscientização sobre esses temas.
- c. Desenvolvimento da Comunidade: Seus insights podem ser utilizados para identificar áreas de melhoria e desenvolvimento nas políticas relacionadas a Unidades de Conservação e Economia Solidária, contribuindo para o bem-estar da comunidade e do meio ambiente.

RISCOS POTENCIAIS:

- d. Confidencialidade: Embora faremos todos os esforços para manter suas respostas confidenciais, existe um risco mínimo de que informações pessoais possam ser comprometidas. Utilizaremos práticas seguras para minimizar esse risco.

e. Desconforto Emocional: Alguns questionamentos podem tocar em questões sensíveis, causando desconforto emocional. Esteja ciente de que você pode pular qualquer pergunta que considere invasiva ou desconfortável.

f. Tempo e Esforço: A participação no questionário pode demandar algum tempo e esforço. Certifique-se de ter disponibilidade para responder de maneira completa, pois respostas incompletas podem limitar a utilidade da pesquisa. De forma geral, o questionário demanda de menos de 10 minutos de dedicação para ser completamente respondido.

Caso o questionário seja respondido via Google, você receberá automaticamente uma cópia das suas respostas, caso a pesquisa seja respondida por telefone, você receberá através da informação de contato fornecida. No caso das respostas via telefone, esse termo deverá ser integralmente lido à pessoa.

Após a finalização da pesquisa, os pesquisadores se comprometem a encaminhar uma cópia dos resultados finais.

O participante de pesquisa receberá a assistência integral e imediata, de forma gratuita (pelo PESQUISADOR), pelo tempo que for necessário em caso de danos decorrentes da pesquisa.

Obrigada pela sua colaboração!

DECLARAÇÃO

Declaro que li e entendi todas as informações presentes neste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e tive a oportunidade de discutir as informações relacionadas à pesquisa. Todas as minhas perguntas foram respondidas e eu estou satisfeito (a) com as respostas. Entendo que receberei uma cópia dos questionários e dos resultados enviados por e-mail e que as respostas dos questionários serão arquivadas pela pesquisadora responsável do estudo. Por fim, fui orientado(a) a respeito do que foi mencionado neste termo e compreendo a natureza e o objetivo do estudo e **manifesto meu livre consentimento em participar**, estando totalmente ciente de que não há nenhum valor econômico a receber ou a pagar por minha participação.

A pesquisadora do projeto é Leticia de Alcântara Moreira, sob orientação da Prof^ª. Dra. Daniela Rocha Teixeira Riondet- Costa.

() Concordo.

() Não concordo.

Contato da Pesquisadora: Leticia de Alcântara Moreira, Rua Engenheiro Álvares Maciel, nº510, Santa Luzia, Inconfidentes/ MG, CEP: 37.576-000. Telefone para contato: 35 998*****, email para contato: leticiamoreira@unifei.edu.br.

Contato com o Comitê de Ética em Pesquisa: CEP IFSULDEMINAS, Praça Tiradentes, 416, Centro, Inconfidentes/ MG, Telefone para contato: 35 34641200, e-mail para contato: cep@ifsuldeminas.edu.br.

Os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP) são colegiados multi e transdisciplinares que atuam em todas as instituições que realizam estudos envolvendo seres humanos no Brasil, com o propósito de resguardar os interesses, a integridade e a dignidade dos sujeitos da pesquisa.